



CATO'LICA
—
FACULDADE DE
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA
PORTO

TRAUMA A QUATRO PATAS: O PAPEL DOS ANIMAIS DE COMPANHIA NA VIOLÊNCIA CONJUGAL EM PORTUGAL

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Daniela Antunes de Azevedo

Porto, junho 2026



CATOLICA
—
**FACULDADE DE
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA**
PORTO

TRAUMA A QUATRO PATAS: O PAPEL DOS ANIMAIS DE COMPANHIA NA VIOLÊNCIA CONJUGAL EM PORTUGAL

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Daniela Antunes de Azevedo

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Catarina João Capela Ribeiro

Porto, junho 2026

Agradecimentos

À Professora Catarina Ribeiro, pela orientação ao longo deste percurso, e pela humanidade com que o fez. Por não ter desistido de mim, mesmo nos momentos em que eu própria quase desisti.

À Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, por ter sido o berço desta formação, e casa onde cresci, e de onde saio agora não apenas academicamente munida, mas um ser humano maior, com uma perspetiva mais abrangente sobre o mundo e sobre as pessoas.

A todos os docentes que fizeram parte deste percurso, aos funcionários e a todos os que habitam aqueles corredores - obrigada por fazerem parte desta casa.

Ao André, por todos estes anos de sacrifício para que eu pudesse completar esta etapa. Por teres sido tu o nós em tantos momentos em que não me houve espaço para mais do que o eu, pelos sonhos que adiasse para dares lugar aos meus. Não há páginas no mundo que me permitam algum dia expressar a gratidão e o amor que sinto por ti - espero apenas que o resto dos meus dias seja suficiente para o demonstrar.

Às minhas irmãs, por carregarem em vós partes de mim que nunca nenhum abalo poderá comprometer. À Joana, que mesmo “obrigada” por mim a percorrer este percurso, excedeu em muito o meu desempenho ao longo destes anos, e me manteve à tona até ao fim; à Mafalda, por complementar a minha perspetiva - ser “o Direito da minha Psicologia”, e me mostrar luz nos cenários mais escuros; à Matilde, por ser maior do que a vida - e por me provar, todos os dias, que a força não se mede pelo que se consegue evitar, mas pelo que se escolhe enfrentar, mesmo assim. Por me inspirarem todos os dias, e por segurarem todos os meus pedaços juntos, mesmo quando tudo se parece desfazer.

Aos meus pais, por serem modelo de referência, exemplo de resiliência e força motriz de tudo o que somos enquanto família. Não há nada do que eu sou hoje, ou que algum dia possa vir a ser, que não tenha partido de vós. Ambiciono um dia ser um reflexo que vos faça justiça.

Aos meus sobrinhos. Ao Guilherme, por nunca falhar em me trazer conforto - nos “negócios secretos”, nos lanchinhos, nas coisas pequenas que fazem toda a diferença. Por, mesmo alérgico, ter aparecido sempre que precisei. Ao Martim e à Maria, por me manterem

jovem e por me fazerem ambicionar ver o futuro no qual vão preencher o mundo com o vosso potencial.

À Xana, à Roxana e à Soraia, por me saberem capaz antes sequer de eu sonhar ser possível, e por nunca me deixarem esquecer. Pelos anos de amizade, por termos navegado por mil versões de mim até chegar aqui, e por nunca permitirem que exista distância no tempo ou no espaço que vos impeça de me apoiar (seja que versão for).

À Diana, coleguíssima na vida. Por me salvar não só nos sonhos, mas também fora deles, ao mostrar-me que a rota é possível e ao guiar-me em cada passo do caminho. Um dia vamos encontrar esse parque de estacionamento (ou construí-lo).

Aqueles que não conseguem ler estas palavras - os que estão e os que já partiram - mas que foram público de todos os meus treinos de apresentação e revisão de matéria. Aos meus fiéis companheiros de noitadas, que me enchem a casa e o coração - não poderia deixar de expressar a minha gratidão.

E, finalmente, a quem quer que venha a folhear estas páginas, por honrarem, com a vossa atenção, toda a experiência e esforço de todos os envolvidos.

Resumo

A relação entre violência conjugal e animais de companhia tem recebido crescente atenção internacional, permanecendo ainda pouco explorada em Portugal. Partindo da compreensão da violência conjugal como experiência potencialmente traumática que se estende ao ecossistema relacional da vítima, este estudo procurou compreender as experiências de vítimas que coabitaram com animais de companhia durante a relação abusiva, explorando o papel destes no contexto do trauma associado à vitimação. Adotou-se uma metodologia qualitativa de orientação fenomenológica, com entrevistas semiestruturadas a cinco mulheres, analisadas segundo os pressupostos da análise de conteúdo. Os resultados revelam que o vínculo humano-animal ocupa um lugar central na experiência das participantes. Marcado por cuidado, proteção, regulação emocional e continuidade identitária, este vínculo pode paradoxalmente também ser instrumentalizado pelo agressor, expor a vítima a maior risco e influenciar processos de permanência ou saída. Apesar desta ambivalência, o vínculo mostrou conservar uma estabilidade própria, relativamente autónoma face à dinâmica abusiva, passível de moldar a vivência do trauma. A reduzida visibilidade desta dimensão nas respostas institucionais evidencia a necessidade de integrar o vínculo humano-animal na compreensão do trauma e no ajustamento das respostas de apoio a vítimas com animais de companhia.

Palavras-chave: violência conjugal; vínculo humano-animal; trauma; animais de companhia; *the link*

Abstract

The relationship between intimate partner violence and companion animals has received growing international attention yet remains scarcely explored in Portugal. Understanding intimate partner violence as a potentially traumatic experience that extends to the victim's relational ecosystem, this study sought to understand the experiences of victims who cohabited with companion animals during the abusive relationship, exploring the animals' role in the context of the trauma associated with victimization. A qualitative, phenomenologically oriented methodology was adopted, drawing on in-depth semi-structured interviews with five women, analysed through content analysis. The findings reveal that the human-animal bond occupies a central place in the participants' experience. Characterized by care, protection, emotional regulation and identity continuity, this bond may paradoxically also be instrumentalized by the abuser, expose the victim to greater risk, and shape processes of staying or leaving. Despite this ambivalence, the bond retained stability of its own, relatively autonomous from the abusive dynamic, capable of shaping how the trauma is experienced. The limited visibility of this dimension in institutional responses highlights the need to integrate the human-animal bond into the understanding of trauma and into the adjustment of support responses for victims with companion animals.

Keywords: intimate partner violence; human-animal bond; trauma; companion animals; the link

Índice

Enquadramento teórico	1
Método	7
Desenho do estudo	7
Participantes	7
Instrumentos	9
Procedimentos	10
Recolha de dados.....	10
Análise dos dados.....	12
Apresentação e discussão dos resultados	13
1. Vínculo Humano-Animal.....	13
2. Animal como recurso protetor e emocional	15
3. Significado biográfico e identitário do vínculo.....	16
4. O animal nas dinâmicas de vitimação	18
5. Papel desempenhado pelo animal na decisão de abandono ou permanência do relacionamento	20
6. Vínculo no pós-rutura.....	22
7. Perceções sobre as respostas institucionais	23
Conclusão	25
Referências	29
Anexos.....	39

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização dos participantes

Lista de Anexos

Anexo A. Guião da entrevista

Anexo B. Consentimento informado

Anexo C. Sistema de categorias e subcategorias

Enquadramento teórico

Ao longo do ciclo vital, será expectável que grande parte dos indivíduos se depare com situações ou eventos adversos, despoletadores de stress e sofrimento (Benjet et al., 2016). Não será, no entanto, até que estas experiências de adversidade assumam uma intensidade, duração ou natureza que exceda os recursos adaptativos do indivíduo, que se poderão configurar enquanto experiências traumáticas (American Psychological Association [APA], n.d.; Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2022). Desse modo, entende-se que a resposta a uma experiência de elevada adversidade, que acarreta em si potencial traumático, variará idiossincraticamente consoante uma complexa interação de fatores pessoais, contextuais e relacionais, não se refletindo, portanto, o trauma em todos os indivíduos perante as mesmas experiências (Boals, 2018; Bonanno et al., 2011).

O trauma configura-se, portanto, enquanto resposta emocional a uma situação adversa suficientemente severa para comprometer, de modo significativo, o bem-estar, a segurança e o funcionamento adaptativo do indivíduo, podendo resultar em limitações substanciais na sua vida quotidiana e qualidade de vida (Starcevic, 2019). Podendo assumir diversas formas, segundo Carlson e Dalenberg (2000), os eventos traumáticos tendem a partilhar três características essenciais: incontroabilidade, negatividade e subitaneidade. Entre as experiências potencialmente traumáticas incluem-se, entre outras, situações de negligência e de violência vivenciada ou testemunhada, como o abuso físico ou psicológico (APA, n.d.; OPP, 2022). Enquanto forma de violência interpessoal, a violência doméstica assume especial relevância pela sua prevalência e pelas suas implicações nas vítimas (Shorey et al., 2023).

Mais do que um fenómeno criminal circunscrito, a violência doméstica pode ser compreendida como uma epidemia social historicamente enraizada, reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública de elevada magnitude (World Health Organization [WHO], 2021). Em Portugal, a violência doméstica encontra-se tipificada como qualquer conduta que atente contra a dignidade humana, incluindo atos ou omissões que provoquem, direta ou indiretamente, sofrimento físico, sexual, psicológico ou económico, quando perpetrada no contexto de relações familiares, conjugais ou de proximidade (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março). Complementarmente, é reconhecida enquanto um padrão de controlo coercivo e comportamento violento, continuado ou não, exercido sobre uma pessoa com quem exista ou tenha existido uma relação de proximidade, coabitação ou vínculo familiar (Manita et al., 2009). Estas dinâmicas englobam violência física, emocional/psicológica, económica ou sexual, visando dominar a vítima, fragilizar a sua

autoestima e instaurar um clima de medo e subordinação (Manita et al., 2009; Stark, 2007). Entre os modelos explicativos mais influentes destaca-se o conceito de controlo coercivo, proposto por Stark (2007), que descreve um padrão contínuo de comportamentos orientados para restringir a autonomia da vítima e regular os seus comportamentos, relações e decisões quotidianas, deslocando o foco da violência enquanto episódio isolado para a compreensão do abuso como processo de dominação, frequentemente sustentado por estratégias de intimidação, vigilância, isolamento, manipulação emocional e instrumentalização de vínculos afetivos significativos.

Apesar de englobar diferentes dimensões, a violência conjugal - exercida por um dos (ex)cônjuges ou (ex)companheiros/as sobre o outro elemento (Manita et al., 2009) - constitui a forma mais prevalente de violência doméstica. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, a violência doméstica foi, em 2025, o crime mais reportado em Portugal, contando com o maior número de participações criminais referentes a situações de violência conjugal (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2026). Ainda que este tipo de violência abranja todos os géneros, a vitimação conjugal apresenta um pendor desproporcionalmente feminino (Wilcox et al., 2021).

A sua natureza interpessoal, repetitiva e prolongada tem levado diversos autores a conceptualizá-la enquanto forma de trauma complexo. Diferentemente dos eventos traumáticos isolados, o trauma complexo decorre da exposição continuada a ameaça, controlo e vitimação, frequentemente perpetradas por figuras significativas ou emocionalmente próximas, produzindo impactos profundos na regulação emocional, identidade, relações interpessoais e perceção de segurança (Herman, 1992). Neste sentido, a violência conjugal constitui um contexto particularmente relevante para a compreensão dos processos traumáticos associados à vitimação prolongada. A sua dinâmica insidiosa intensifica o impacto psicológico sobre as vítimas, frequentemente profundo e duradouro, associando-se a efeitos negativos na saúde física (Stubbs & Szoek, 2022) e mental (Mechanic et al., 2008), incluindo depressão, ansiedade, stress pós-traumático, consumo de substâncias e ideação suicida (Dokkedahl et al., 2022; Golding, 1999).

Não obstante incidir primariamente sobre a vítima direta, o impacto do abuso alastra-se transversalmente a várias esferas da sua vida, vertendo sobre os demais membros do agregado familiar, atentando contra a sua segurança, estabilidade emocional e bem-estar psicossocial (Chan et al., 2021). Face a esta ponderação, justifica-se ampliar a lente de análise para uma consideração mais abrangente do ecossistema familiar, contemplando os animais de

companhia, cuja presença tem assumido crescente relevância nas dinâmicas relacionais do agregado (Irvine & Cilia, 2017).

Os benefícios do vínculo humano-animal - definido como uma relação mutuamente benéfica e dinâmica entre pessoas e animais, influenciada por comportamentos essenciais ao bem-estar de ambos (American Veterinary Medical Association [AVMA], n.d.) - encontram-se já estabelecidos no panorama académico (McConnell et al., 2017). Longe de ocuparem um papel periférico, os animais de companhia assumem frequentemente funções de suporte emocional e pertença, sendo muitas vezes considerados membros da família (Cassels et al., 2017; McConnell et al., 2019), o que torna particularmente relevante compreender o seu envolvimento em contextos de violência doméstica, nomeadamente enquanto potenciais alvos, instrumentos ou testemunhas de dinâmicas abusivas.

Estas considerações têm pavimentado uma crescente base bibliográfica de investigação, que tem evidenciado uma clara relação entre a violência doméstica e os maus-tratos animais (Barbosa-Torres et al., 2024; Cleary et al., 2021), fenómeno designado por *The Link* (National Link Coalition, n.d.; Unti, 2008). Um dos estudos mais influentes neste domínio, conduzido por Ascione e colaboradores (1997), junto de 48 abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica nos Estados Unidos, revelou que em 85% dos abrigos, as mulheres com animais relataram ameaças ou danos infligidos pelos agressores aos seus animais de companhia. Evidenciando como diversas formas de violência interpessoal - os maus-tratos a crianças, violência conjugal e violência contra idosos - e os maus-tratos infligidos a animais tendem a coexistir, esta linha de investigação tem vindo a descrever a sua natureza interligada e cumulativa (Barrett et al., 2020; DeViney et al., 1983), evidenciando como a presença de comportamentos abusivos contra animais pode funcionar como indicador precoce de violência doméstica (Cleary et al., 2021), como também constituir, frequentemente, uma extensão das dinâmicas de controlo e poder exercidas sobre os membros humanos do agregado familiar (Fitzgerald et al., 2019).

O reconhecimento crescente da associação entre violência contra pessoas e violência contra animais tem contribuído para modelos de compreensão mais sistémicos, orientados para a articulação entre saúde, proteção e bem-estar, do qual é exemplo o princípio *One Health*, que defende uma abordagem integrada da saúde humana, animal e ambiental, assente na comunicação multidisciplinar entre os setores envolvidos (Mota-Rojas et al., 2022; Ramalho-Santos & Horta, 2024). Em Portugal, este reconhecimento tem tido expressão limitada, refletindo-se sobretudo nas fichas de avaliação de risco de violência doméstica usadas pelas Forças de Segurança (RVD-1L/2L), que incluem uma questão sobre maus-tratos

a animais como indicador adicional de risco (Instrução n.º 2/2014, de 30 de outubro). Mais recentemente, o artigo 309.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, veio reforçar a adaptação das casas de abrigo para assegurar o acolhimento de animais de companhia, prevendo que o acolhimento de vítimas de violência doméstica não possa ser recusado em razão da detenção de animais que integrem o agregado familiar (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro). Ainda que esse avanço represente um passo relevante no reconhecimento desta interseção, os dados relativos à sua implementação e impacto permanecem escassos. De igual forma, o modo como a informação relativa aos animais é articulada entre a avaliação do risco, o planeamento de segurança, as respostas de acolhimento e os serviços de proteção, saúde e bem-estar animal encontra-se ainda pouco documentado.

A par do reconhecimento legislativo, importa considerar de que modo as respostas formais de apoio à vítima integram, ou não, a dimensão do animal de companhia. A investigação internacional tem documentado que os serviços de apoio dispõem frequentemente de recursos limitados para acomodar animais e que a sua presença raramente é contemplada de forma sistemática nos procedimentos de acolhimento e de avaliação de necessidades (Stevenson et al., 2018). Esta ausência de inquirição sobre o animal, mesmo quando a vítima o perceciona como membro do agregado, pode contribuir para a invisibilização das suas necessidades específicas e condicionar o planeamento da saída em segurança (Giesbrecht, 2022).

Esta interseção reveste-se de particular relevância no contexto da violência conjugal, onde a instrumentalização do animal poderá constituir uma estratégia de manipulação emocional e controlo coercivo. Nestes casos, o agressor capitaliza o vínculo afetivo estabelecido entre a vítima e o seu companheiro não humano, convertendo-o em meio de controlo através de ameaças, negligência, ferimentos, afastamento forçado ou morte do animal - compondo então o palco para intimidar, punir, ou dissuadir a vítima da procura de proteção ou abandono do contexto abusivo (Faver & Strand, 2007; Fitzgerald et al., 2019).

Nestes cenários, a profundidade emocional do laço entre a vítima e o animal, aliada à perceção de responsabilidade pela sua proteção, poderá constituir um fator de peso na hesitação em procurar ajuda ou abandonar o contexto abusivo, levando uma proporção significativa de vítimas a adiar a rutura ou a retornar ao agressor por preocupações com a segurança e bem-estar dos seus animais (Barrett et al., 2020; Collins et al., 2018).

Num estudo qualitativo com 10 mulheres vítimas de violência conjugal residentes em abrigo e cuidadoras de animais, Flynn (2000b) verificou que todas consideravam os seus animais membros da família, sendo que 40% reportaram ter adiado a entrada no abrigo por

esse motivo. Estes dados evidenciam o potencial do vínculo humano-animal enquanto barreira à saída, não se afigurando, contudo, o seu efeito universal, tendo investigação recente sugerido que fatores contextuais e de suporte podem modular o seu peso na decisão de permanência (Giesbrecht, 2022; Giesbrecht et al., 2025).

Esta realidade torna-se particularmente evidente em contextos onde escasseiam soluções de alojamento ou acolhimento temporário conjuntos, bem como recursos financeiros, transformando-se a ausência de respostas institucionais adequadas num reforço à manutenção do ciclo de vitimação (Flynn, 2000a; Montgomery et al., 2024). Adicionalmente, há evidência de que a permanência da vítima numa condição onde o abuso animal é recorrente pode agravar o risco à sua integridade, podendo a ameaça ao animal levá-la a intervir para interromper o ataque, expondo-se a agressões físicas diretas ou a episódios de escalada da violência (Collins et al., 2018; McDonald et al., 2017).

Paradoxalmente, a literatura tem também evidenciado o potencial do vínculo afetivo partilhado entre a vítima e o animal - frequentemente fortalecido pela vivência conjunta da adversidade (Tiplady et al., 2015) - na promoção da resiliência face à experiência de vitimação, assumindo-se o animal enquanto porto de abrigo emocional e figura central de apoio incondicional (Applebaum et al., 2021; Newberry, 2017). Este potencial inscreve-se no reconhecimento das relações positivas e do apoio social enquanto fatores protetores (Costa & Gomes, 2018), bem como no contributo dos animais para o bem-estar humano, refletindo dinâmicas próximas dos relacionamentos interpessoais, mas com características específicas que ampliam o seu impacto (McConnell et al., 2019).

Particularmente em contextos altamente adversos, a relação com o animal pode constituir uma fonte de apoio e companhia consistente, desprovida de julgamento, funcionando como uma âncora de estabilidade num ambiente marcado pela imprevisibilidade e ameaça (McDonald et al., 2022). Atendendo ao carácter idiossincrático da resposta traumática (Boals, 2018; Bonanno et al., 2011), o vínculo ao animal revela-se particularmente pertinente enquanto possível moderador dessa resposta, podendo influenciar a forma como a vítima processa, significa e integra a experiência traumática (Oosthuizen et al., 2023). Nesse sentido, a ligação com o animal de companhia pode oferecer à vítima uma força subjetiva que lhe permita suportar a adversidade quotidiana (Giesbrecht et al., 2025), estendendo-se inclusive enquanto fator protetor face à ideação suicida (Fitzgerald, 2007). Contudo, esse mesmo vínculo afetivo protetor pode igualmente contribuir para uma perceção atenuada da ameaça (Applebaum et al., 2021), influenciando, paradoxalmente, a decisão de permanecer na relação por mais tempo do que ocorreria na ausência do animal, o que lhe confere, em muitos

casos, um duplo-carácter: mitigador do sofrimento imediato e elemento involuntário de manutenção da situação de vitimação (Fitzgerald, 2007).

Além disso, embora menos frequentemente documentado, este vínculo poderá também servir de catalisador da rutura, quando a proteção do animal emerge como motivação prioritária ao abandono do contexto abusivo (Barrett et al., 2018; Strand & Faver, 2006). Num estudo conduzido por Strand e Faver (2006), junto de 51 mulheres residentes em casas-abrigo nos Estados Unidos, em contextos urbanos e rurais, 12% relataram ter abandonado a relação mais precocemente com o objetivo de proteger os seus animais de companhia, ilustrando o potencial do vínculo humano-animal não apenas como barreira, mas também mobilizador de mudança.

A natureza da relação das vítimas conjugais com os respetivos animais de companhia pode manifestar-se como um fenómeno intrinsecamente ambíguo e complexo, passível de agregar paralelamente funções de risco, manutenção e proteção. Se, por um lado, o vínculo pode ser convertido, nas mãos do agressor, em instrumento de controlo e dano, por outro, configura-se enquanto poderosa fonte de apoio emocional, funcionando enquanto mecanismo de *coping* potencialmente promotor da resiliência da vítima - ainda que, numa lógica ambivalente, possa também contribuir para a sua permanência num contexto abusivo.

Estas dinâmicas relacionais inscrevem-se, frequentemente, em experiências de trauma complexo, nas quais a exposição reiterada à violência, aliada à ligação afetiva ao animal, pode contribuir na modelação da vivência subjetiva da vítima, bem como nos seus processos de tomada de decisão e adaptação. Por esse motivo, a sua compreensão é de considerável valor numa abordagem holística da vitimação e da sobrevivência em contextos de violência doméstica.

Em Portugal, apesar dos recentes desenvolvimentos legislativos que preveem a adaptação de casas de abrigo ao acolhimento conjunto de vítimas e animais de companhia, a operacionalização destas respostas permanece pouco documentada, escasseando dados empíricos sistematizados sobre a sua aplicação prática, viabilidade e impacto nas trajetórias de proteção. Paralelamente, persiste uma lacuna significativa na investigação científica, que tem mantido esta interseção crítica entre violência, trauma e vínculo humano-animal numa posição de invisibilidade académica e política, precisamente quando o conhecimento produzido sobre estas experiências poderia informar a implementação destas medidas e a adequação das respostas institucionais ao contexto português.

Para responder a estas lacunas, o presente estudo procura compreender as experiências de indivíduos vítimas de violência conjugal que coabitaram com animais de companhia

durante a relação abusiva, explorando o papel que estes desempenham no contexto do trauma associado à vitimação, em Portugal. Através desta análise, ambiciona-se contribuir para o reconhecimento científico e institucional desta realidade no contexto português, bem como para uma maior capacitação das respostas dirigidas a vítimas com animais de companhia.

Método

Desenho do estudo

Para responder a este propósito, formulou-se a seguinte questão de investigação: de que modo é experienciado o papel dos animais de companhia por pessoas vítimas de violência conjugal que com eles coabitaram durante a relação abusiva, no contexto do trauma associado à vitimação?

Em articulação com esta questão, definiram-se os seguintes objetivos específicos: 1) analisar o vínculo afetivo estabelecido entre a vítima e o animal e o seu eventual impacto na vivência do trauma; 2) explorar de que forma os animais de companhia foram implicados nas dinâmicas de vitimação conjugal; 3) investigar de que modo o vínculo com o animal influenciou a decisão da vítima em permanecer ou abandonar a relação abusiva; e 4) compreender as perceções das vítimas relativamente às respostas institucionais existentes face à interseção entre violência conjugal e coabitação com animais de companhia.

Compreendendo a necessidade de aceder à subjetividade destas experiências, e atendendo à compreensão de fenómenos humanos complexos enquanto indissociáveis dos significados, considerou-se adequada uma metodologia qualitativa de inspiração fenomenológica, orientada para uma captação holística da experiência vivida e das múltiplas camadas de significação atribuídas pelas próprias participantes (Creswell, 2007; Guba & Lincoln, 1994). Neste sentido, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas em profundidade, permitindo aceder a narrativas pessoais num ambiente propício à emergência de discursos sobre temáticas delicadas (Ritchie & Lewis, 2003).

Participantes

O recrutamento dos participantes processou-se através de uma estratégia de amostragem não probabilística, intencional por critério, orientada para a identificação de indivíduos que reunissem as características centrais para a compreensão do fenómeno em estudo, nomeadamente a coabitação com animais de companhia durante um período de vivência de violência conjugal. Considerando a especificidade da população-alvo, a

sensibilidade do tema e a dificuldade de acesso a vítimas com estas características, foram mobilizadas múltiplas vias de recrutamento (Ritchie & Lewis, 2003). O acesso foi facilitado por profissionais de estruturas especializadas de apoio à vítima, que atuaram enquanto intermediários institucionais na divulgação do convite à participação. Complementarmente, recorreu-se a referência informal através de redes pessoais de contacto. Esta combinação de vias permitiu aceder a participantes com diferentes contextos de acompanhamento e trajetórias de saída, enriquecendo a compreensão do fenómeno.

Constituíram critérios de inclusão: ter idade igual ou superior a 18 anos; possuir nacionalidade portuguesa; ter experienciado violência conjugal, praticada por parceiro atual ou anterior; ter coabitado com pelo menos um animal de companhia durante a relação abusiva; e dominar a língua portuguesa.

Embora os critérios de elegibilidade não excluíssem participantes do sexo masculino, a amostra final constituiu-se exclusivamente por mulheres, o que é consonante com o pendor desproporcionalmente feminino da vitimação conjugal documentado na literatura (Wilcox et al., 2021). A partir deste ponto, e em fidelidade à composição da amostra, adota-se o feminino na referência às participantes.

Para efeitos do presente estudo, adotou-se uma definição funcional-relacional de animal de companhia, entendido como o animal integrado na vida quotidiana da participante com base num vínculo afetivo e de convivência significativa, independentemente da espécie. Esta delimitação, centrada na natureza do laço, abrange os animais - caninos, felinos e equídeos - com os quais as participantes relataram manter uma relação de companhia.

Como critérios de exclusão definiram-se a situação de vulnerabilidade psicológica grave suscetível de agravamento pela participação no estudo e a residência atual com o agressor sem garantia de condições mínimas de segurança e privacidade para a entrevista. Estes critérios decorreram do princípio ético da não-maleficência, procurando prevenir que a narração de experiências de vitimação constituísse fator de agravamento emocional (Draucker et al., 2009; Herman, 1992).

A dimensão da amostra foi orientada pelo conceito de *information power* de Malterud e colaboradores (2016), segundo o qual a densidade informativa de uma amostra, decorrente da focalização do objetivo do estudo, da especificidade das participantes, do recurso a quadros teóricos estabelecidos, da qualidade e profundidade do diálogo nas entrevistas e da estratégia de análise adotada, permite que um número reduzido de participantes sustente uma análise aprofundada do fenómeno. Assim, a adequação da amostra foi avaliada de forma contínua ao longo da recolha, considerando a riqueza e pertinência dos dados produzidos.

Em consonância com estudos fenomenológicos, que privilegiam a profundidade compreensiva em detrimento da representatividade numérica (Polkinghorne, 1989), participaram no estudo cinco mulheres, com idades compreendidas entre os 41 e os 70 anos. As participantes encontravam-se em diferentes momentos do percurso de saída e em distintos contextos de residência à data da entrevista - acolhimento institucional, residência em casa de terceiros e habitação autónoma - tendo todas relatado violência psicológica associada a violência física, económica, controlo coercivo e/ou perseguição. A caracterização detalhada apresenta-se na Tabela 1.

Tabela 1

Caracterização das participantes

	P1	P2	P3	P4	P5
Idade	41	44	70	53	46
Filhos	3	1	1	2	1
Duração da relação	12 anos	25 anos	40 anos	4 anos	8 anos
Tempo desde término	5 meses	1 ano	17 anos	4 meses	10 anos
Animal e origem	2 cães e 1 gato, resgatados e comprados durante a relação	1 cão, dado durante a relação (após perda anterior)	1 cão, comprado durante a relação	1 cão, 2 gatos e 9 cavalos, comprados e resgatados durante a relação Com participante/ ex-companheiro/ terceiros	1 gata, anterior à relação
Residência atual do animal	Com ex-companheiro	Com ex-companheiro	Com participante	participante/ ex-companheiro/ terceiros	Com participante
Residência atual da participante	Acolhimento	Acolhimento	Habitação própria	Habitação própria	Coabitação (progenitora)

Instrumentos

A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas em profundidade, ancoradas num guião original desenvolvido especificamente para o presente estudo (Anexo A). A opção por este instrumento decorreu da necessidade de aceder de forma aprofundada à subjetividade das experiências das participantes, assegurando simultaneamente a cobertura dos temas centrais definidos pelos objetivos da investigação (Ritchie & Lewis, 2003; Vilelas, 2009/2022).

A construção do guião foi orientada pela revisão da literatura e pelos objetivos específicos do estudo, adotando uma lógica de progressão gradual (*funnel approach*),

iniciando-se por tópicos descritivos e de menor carga emocional e avançando progressivamente para conteúdos mais sensíveis e reflexivos (Roller & Lavrakas, 2015; Vilelas, 2009/2022). O guião assenta num mapa de coerência que articula cada bloco temático com os objetivos específicos da investigação, organizando-se em oito blocos temáticos, distribuídos por duas partes. A primeira destina-se ao acolhimento, consentimento, e caracterização sociodemográfica e contextual da experiência. A segunda, centra-se na exploração fenomenológica do vínculo com o animal, da sua implicação nas dinâmicas de vitimação, da decisão de permanência ou saída e das perceções sobre respostas institucionais, terminando com encerramento e *debriefing*.

Antes da aplicação formal, o guião foi submetido a um ensaio piloto, para aferir clareza, pertinência, fluidez e adequação das questões à experiência das participantes. Na sequência deste ensaio foram introduzidos ajustamentos na formulação, ordem e aprofundamento de algumas questões, reforçando a adequação do instrumento aos objetivos do estudo e às especificidades da população-alvo (Kallio et al., 2016). Por se destinar exclusivamente ao refinamento do instrumento, a entrevista-piloto não foi incluída na análise dos dados.

Procedimentos

Recolha de dados

Todas as fases do processo de investigação foram conduzidas em conformidade com os princípios éticos e deontológicos da Ordem dos Psicólogos Portugueses e com as normas da Declaração de Helsínquia, assegurando-se o cumprimento dos requisitos de proteção das participantes (Vilelas, 2009/2022).

A divulgação do convite à participação envolveu o contacto com diversas instituições potencialmente relevantes para o acesso à população em estudo, nomeadamente estruturas de apoio à vítima, estruturas de acolhimento e organizações de proteção animal. A reduzida taxa de resposta refletiu a dificuldade de acesso à população em estudo, tendo o recrutamento efetivo ocorrido através das entidades que aceitaram colaborar, bem como por referência informal, conforme descrito anteriormente.

A recolha decorreu em formato misto: presencialmente, sempre que possível, dada a relevância dos elementos não verbais para a compreensão das experiências relatadas (Creswell, 2007), e por videoconferência quando existiram constrangimentos logísticos ou preferência das participantes. A modalidade, local e horário foram definidos por cada

participante, assegurando-se condições de privacidade, segurança e proteção dos dados (Ritchie & Lewis, 2003; Vilelas, 2009/2022).

O procedimento de consentimento foi adaptado à modalidade da entrevista. Nas entrevistas presenciais, o termo de consentimento informado (Anexo B) foi entregue para leitura e assinatura no início da sessão; nas entrevistas à distância, foi obtido previamente. Em ambos os casos, foram explicitados os objetivos do estudo, o caráter voluntário da participação, a possibilidade de recusa ou desistência, a gravação áudio e os procedimentos de confidencialidade e proteção dos dados (Ritchie & Lewis, 2003; Vilelas, 2009/2022). A reafirmação verbal dos termos no início de cada sessão visou assegurar a sua compreensão, assumindo-se o consentimento como processo contínuo (Draucker et al., 2009).

O guião foi aplicado de forma flexível, orientando as participantes para os tópicos centrais, mas permitindo o desenvolvimento livre das respostas e a inclusão de temas espontaneamente emergentes, cabendo à investigadora adaptar a sequência das questões sempre que necessário (Vilelas, 2009/2022).

Reconhecendo o papel ativo da investigadora na relação de entrevista, e beneficiando da sua formação e experiência prévia em contexto de apoio à vítima, manteve-se uma postura reflexiva ao longo da recolha, adaptando a linguagem e o ritmo das questões a cada participante. A investigadora partilhou, na generalidade das entrevistas, a sua condição de cuidadora de animais de companhia - autorrevelação que, podendo favorecer o *rappport*, foi posteriormente considerada na interpretação dos dados pelo seu potencial de sinalizar uma valorização prévia do vínculo. Face à natureza sensível do tema, cada entrevista foi seguida de um momento de *debriefing* destinado a avaliar o estado emocional da participante (Draucker et al., 2009), com articulação do eventual encaminhamento junto da equipa de referência, quando existente, ou disponibilização de informação sobre recursos especializados, nomeadamente a Linha de Apoio à Vítima da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

As entrevistas foram transcritas integralmente pela investigadora, preservando o conteúdo verbal e os elementos paraverbais relevantes, tendo toda a informação potencialmente identificável sido pseudonimizada, assegurando a proteção da identidade das participantes antes da análise. Após verificação das transcrições, as gravações foram eliminadas de forma segura, em conformidade com as normas de proteção de dados pessoais e com o estipulado no consentimento informado.

Análise dos dados

Os dados foram tratados através de uma abordagem mista, combinando procedimentos dedutivos e indutivos, seguindo os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 1977/2016), técnica que, embora de tradição distinta da fenomenológica, se revelou adequada à sistematização de material narrativo extenso e à construção de uma grelha categorial passível de escrutínio - mantendo-se a postura fenomenológica no plano da recolha e da interpretação, centrada na experiência vivida das participantes. A dimensão dedutiva decorreu dos objetivos específicos e do enquadramento teórico, espelhados no guião de entrevista, enquanto a dimensão indutiva permitiu que as subcategorias emergissem do discurso das participantes, incluindo dimensões não previstas pelos objetivos (Elo & Kyngäs, 2008).

A análise incidiu sobre as transcrições integrais das entrevistas, sendo a codificação realizada manualmente, com recurso a processador de texto para a organização e sistematização do material, opção considerada adequada à dimensão do corpus e favorecedora da proximidade da investigadora aos dados.

A análise desenvolveu-se de forma iterativa, seguindo as três fases propostas por Bardin (1977/2016). Na pré-análise, procedeu-se à leitura repetida e aprofundada das transcrições, visando a familiarização com o corpus e a identificação de impressões iniciais relevantes. Na exploração do material, os dados foram codificados e progressivamente organizados em subcategorias e categorias, segundo critérios de pertinência temática. Por fim, na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, as categorias foram articuladas numa narrativa coerente, ancorada nos significados atribuídos pelas participantes à sua experiência e em diálogo com a literatura. A grelha analítica foi revista ao longo da análise, procurando clarificar fronteiras entre categorias, ajustar a organização temática dos dados e assegurar a sua coerência interna.

O sistema de categorias resultante, organizado em categorias e subcategorias, com a respetiva descrição, o número de referências e de fontes, e exemplos ilustrativos de cada subcategoria, é apresentado no Anexo C.

Ao longo da análise, adotaram-se estratégias de rigor metodológico, nomeadamente a procura ativa de divergências e de casos discrepantes nos dados e a manutenção de um diário de investigação reflexivo, no qual foram registadas decisões analíticas, interpretações emergentes e o percurso evolutivo da análise (Nowell et al., 2017; Ritchie & Lewis, 2003).

Apresentação e discussão dos resultados

Nesta secção apresentam-se e discutem-se os resultados, organizados em torno das sete categorias e respetivas subcategorias emergentes da análise. Estas categorias seguem uma sequência interpretativa, espelhando o modo como o fenómeno se revelou nas narrativas, sem pretender fixá-lo em compartimentos estanques: as categorias atravessam-se e vertem entre si, refletindo a complexidade do lugar ocupado pelos animais de companhia em contextos de violência conjugal. Neste percurso, o trauma não se configura enquanto categoria autónoma, mas dimensão transversal, emergindo na forma como a violência reorganiza vínculos, corpos, decisões, perdas e possibilidades de reparação.

A estrutura parte da caracterização do vínculo humano-animal e avança pela sua natureza recíproca, significado biográfico, implicação nas dinâmicas de violência, papel na permanência e saída, consequências da rutura e perceções sobre as respostas institucionais. O sistema de categorias completo consta do Anexo C.

1. Vínculo Humano-Animal

Ao longo das narrativas das cinco mulheres, o **vínculo humano-animal (1)** destaca-se enquanto categoria transversal, constituindo um pano de fundo afetivo-relacional a partir do qual se articulam as restantes dimensões dos resultados. Se a literatura mostra que perceber o animal como membro da família reforça o bem-estar do dono (McConnell et al., 2019), os dados deste estudo permitem observar como essa ligação se materializa na interação entre vítimas de violência conjugal e os seus animais.

Esta centralidade do vínculo manifestou-se imediata e espontaneamente ao nível da recolha de dados, na presença do animal sentida em todas as entrevistas: P.3 e P.4 fizeram-se acompanhar fisicamente do animal, P.1 e P.2 partilharam fotografias e vídeos, e P.5 descreveu a gata com detalhe afetivo notório “*É uma persa laranja, arraçada de persa, laranjinha, linda de morrer. [...] já tem 18 anos*”.

Longe de surgir como ligação abstrata, o vínculo expressa-se em gestos, rotinas e sinais concretos ao longo dos relatos. Antes de tudo, o animal surge inscrito no núcleo familiar, manifestando-se a subcategoria **animal como membro da família (1.1)** de duas formas. A mais frequente, **integração do animal nas dinâmicas familiares (1.1.2)**, traduz-se na presença nas rotinas domésticas e na partilha de espaços íntimos do quotidiano (“*Às vezes eu acordava tava com os cães, com o gato, tudo no meio de nós*” - P.1). A segunda, **antropomorfização do animal (1.1.1)**, emerge na atribuição de um estatuto humanizado ou

quase filial ao animal (*“Até mais que um filho, não sei.”* - P.3). Kurdek (2008) mostrou que, para muitos donos, o animal funciona como verdadeira figura de vinculação, chegando a ser priorizado como base de segurança face a pessoas próximas. Nas participantes, essa centralidade torna-se particularmente evidente quando a morte do animal é narrada como luto equiparável ao de uma pessoa (*“houve três que me morreram, custou muito, é como se perdesse uma pessoa”* - P.2).

O vínculo não se expressa apenas na forma como o animal é representado, mas também na forma como é cuidado. A subcategoria **cuidados, rotinas e responsabilidade pelo bem-estar animal (1.2.)**, transversal às cinco participantes, surge simultaneamente como expressão e sustentação do vínculo: uma prática relacional através da qual a proximidade é continuamente reafirmada, manifestando-se nas rotinas comuns, como na alimentação (*“eles andavam sempre pra trás de mim [...] porque eles sempre foram habituados a dar eu a comida”* - P.1), mas também nos momentos de maior exigência, em que o cuidado se intensifica (*“eu vou para o chão, em cima de um cobertor, e aí eu não durmo toda a noite a pensar que ele possa estar doente”* - P.3). Esta dupla expressão sugere uma dinâmica recíproca entre vínculo e cuidado - o vínculo motiva o cuidado e, por sua vez, o cuidado reforça a ligação estabelecida. Em linha com Kwong e Bartholomew (2011), para quem os animais podem constituir figuras de vinculação, o cuidado quotidiano surge aqui como prática concreta de manutenção do laço. Nesta dinâmica, a participante parece ocupar, face ao animal, uma posição próxima do conceito de base segura de Bowlby (1969/1988): uma presença fiável e disponível, que oferece proteção mesmo nos momentos de maior vulnerabilidade - oferecendo uma estabilidade antagónica à incontrolabilidade e a imprevisibilidade associadas à experiência traumática (Carlson & Dalenberg, 2000).

Esta dimensão levanta uma questão central: o que acontece a este vínculo, sustentado por práticas de cuidado, quando o contexto familiar se torna hostil? A subcategoria **continuidade da relação e dos cuidados durante a violência (1.3.)** revela que, transversalmente, a relação com o animal e os cuidados tendem a manter-se, não se desorganizando com o agravamento da violência conjugal. Em P.4, essa continuidade chegou mesmo a intensificar-se: *“Isto nunca afetou a minha relação com os animais, pelo contrário. Ainda me aproximou mais dos animais”*. O padrão é coerente com Tiplady e colaboradores (2015), que observaram que a experiência partilhada da adversidade pode reforçar o laço com o animal, e com Applebaum e colaboradores (2021), para quem esse reforço se acentua quando a pessoa percebe o seu próprio bem-estar como dependente da presença do animal. Ainda assim, esta continuidade não exclui sinais pontuais de tensão: para P.2, a relação

manteve-se “na mesma”, reconhecendo que, por vezes, “*não tinha muita paciência*” e se excedia “*a ralar com ele*” - fricção legível à luz da sobrecarga emocional documentada em vítimas de violência conjugal (Dokkedahl et al., 2022).

A ausência de deterioração nas cinco participantes sugere um dos fios de leitura transversais desta investigação: o vínculo humano-animal mantém-se relativamente imune à dinâmica de violência que o rodeia, funcionando como um espaço relacional seguro.

Por fim, **sintonia e responsividade percebida pelo animal (1.4.)** traduz a percepção de que este compreende e ajusta o seu comportamento a sinais subtis. Esta responsividade surge tanto num plano diádico (“*A Carmo via-me sentada no chão, ou mais quieta, no sofá e a Carmo vinha sempre ter comigo*” - P.5), como num plano familiar mais alargado, em que o animal é percebido como sensível às necessidades dos filhos, e ao clima e dinâmicas relacionais (“*Quando a gente dizia ‘olha que é a bebé’, eles já não puxavam tanto.*” - P.1). Esta percepção confere ao vínculo um carácter recíproco: o animal não é apenas objeto de afeto e cuidado, mas presença que responde, acompanha e se ajusta. Esta reciprocidade antecipa a inversão explicitada na categoria seguinte.

2. Animal como recurso protetor e emocional

Invertendo a relação anterior, esta categoria torna visível o movimento oposto: o animal não é apenas alvo de cuidado, mas fonte de segurança, conforto e regulação emocional em retorno. Neste sentido, aproxima-se da função de porto de abrigo (*safe haven*) descrita por Bowlby (1969/1988), ao surgir como presença procurada em momentos de medo, tristeza, solidão ou ameaça, num contexto marcado pela imprevisibilidade e pelo controlo (“Eu nunca tinha desabafado com ninguém, falava com ele, ia à beira dele, ele dava-me umas lambidelas” - P.2).

Ainda que não alterem objetivamente a situação, os animais parecem mitigar a experiência subjetiva de insegurança, como retratado na subcategoria **proteção percebida pelo animal (2.1.)**: “*Sempre que alguém ela pressente que me quer fazer mal, mesmo que seja na brincadeira, ela ataca*” (P.4). A importância desta percepção reside precisamente no seu enquadramento num contexto em que a proteção humana ou institucional pode ser vivida como insuficiente, instável ou tardia.

É, contudo, na subcategoria **o animal como porto de abrigo emocional (2.2.)** que esta função adquire maior expressividade, articulando-se em três planos complementares: o **animal como fonte de carinho e conforto físico e afetivo (2.2.1.)**: “*Ao menos alguém me*

dava carinho” (P.2); o **animal enquanto confidente (2.2.2.)**: *“Porque como eu não falava com ninguém, era com ela que eu ia falando”* (P.5); e o **animal como companhia (2.2.3.)**, mitigando a solidão imposta pelo agressor: *“era a minha mesmo companhia, porque eu não, não podia muito sair de casa, né.”* (P.2). Esta tripla função reforça o potencial moderador do vínculo à adversidade, amortecendo o impacto do stress (Applebaum et al., 2021).

Em algumas participantes, o animal é também mobilizado enquanto **estratégia de regulação emocional (2.3.)**, surgindo como mediador de autorregulação e facilitando a interrupção da tensão e a recuperação provisória de controlo: *“Eu encostava a minha cabeça à cabeça de um cavalo e o meu ritmo cardíaco ia baixando, eu sabia proteger-me com os animais”* (P.4). Esta função ganha particular relevo à luz do conceito de *hiperarousal*, entendido como estado de alerta fisiológico persistente associado à resposta traumática (Herman, 1992), sugerindo que o contacto com o animal pode intervir não apenas na experiência subjetiva de sofrimento, mas também nos mecanismos fisiológicos desregulados pelo trauma.

No seu conjunto, estas subcategorias mostram que o animal desempenhou, para todas as participantes, uma função emocional e protetora ativa face à adversidade vivida. Esta força subjetiva ganha, porém, outro relevo quando se olha ao lugar do animal na história de vida de cada participante.

3. Significado biográfico e identitário do vínculo

Para além da sua função emocional e protetora, a relação com os animais assume, nas narrativas das cinco participantes, uma espessura biográfica que transcende a experiência situada da violência conjugal. A categoria **significado biográfico e identitário do vínculo (3.)** revela os animais como figuras de continuidade, sentido, transformação e inscrição identitária, atravessando momentos de perda, solidão, sofrimento e reconstrução pessoal. Esta dimensão espelha-se sobretudo em **função existencial do vínculo (3.1.)**, no relato de P.3, no qual o animal surge como fonte de sentido e razão de continuidade no sofrimento intenso: *“Não sei se já tinha desistido de tudo porque veio-me, o Branquinho veio-me preencher [...] faz toda a diferença. Com o Branquinho eu posso estar sozinha, posso estar no meio da ponte a viver, mas estou bem”* (P.3) -, evidenciando que, para algumas mulheres vítimas de violência, os animais de companhia podem constituir uma forma singular de suporte e fator de proteção perante a ideação suicida (Fitzgerald, 2007). Nos dados analisados, esta função não

se limita à proteção face ao risco: o animal configura-se como presença que preenche, sustenta e reinscreve a participante numa possibilidade de continuidade.

Esta função existencial articula-se com a **experiência estruturante e transformação identitária (3.2.)**, na qual o vínculo é narrado como acontecimento biográfico marcante, entrelaçado com outros momentos centrais da história de vida ("*Foi uma experiência muito bonita [...] pra mim, foi o episódio da nascerça da minha filha e começar a crescer os animais em casa*" - P.1). Esta fusão temporal ilustra como o vínculo deixa de ser episódio paralelo à biografia, passando a integrá-la, moldando a forma como a participante recorda e atribui significado ao seu percurso, ressonando o conceito *de re-authoring* (White & Epston, 1990). O animal aparece como exceção à narrativa dominante de sofrimento, abrindo espaço a uma versão da história pessoal menos centrada na vitimação e mais marcada por cuidado, agência e continuidade, passando a ser um marco autobiográfico, através do qual os acontecimentos são narrados.

É esta inscrição do animal na história de vida das participantes que permite compreender a passagem para uma dimensão mais moral e relacional do vínculo, espelhada em **ética de cuidado e (des)valorização do humano face ao animal (3.3.)**. Quando narrado como presença que acompanha, sustenta e transforma, o animal passa também a funcionar como termo de comparação face às relações humanas, sobretudo em **valorização do animal e desencanto face aos humanos (3.3.1.)**. A literatura tem descrito os animais de companhia como fontes de apoio percecionadas enquanto incondicionalmente fiéis, disponíveis e isentas de julgamento, distinguindo este vínculo de ambivalência frequentemente associada às relações humanas (Newberry, 2017). Nos relatos, esta percepção ganha densidade quando os animais são descritos em contraste com vínculos humanos: "*Pessoas às vezes, a gente não pode muito contar [...] eles estão lá sempre*" (P.2); "*não cobram [...] e dá-me o calor que o humano não dá*" (P.4). Assim, a valorização do animal parece traduzir uma reorganização do campo relacional a partir da adversidade: perante relações humanas percecionadas como inseguras ou insuficientes, o animal emerge como figura de lealdade, previsibilidade e calor afetivo.

A par desta valorização comparativa, a subcategoria **ética de cuidado e indignação perante o maltrato (3.3.2.)** estende esta posição moral ao plano da responsabilidade: o cuidado do animal extrapola a condição de prática privada, convertendo-se numa bússola ética através da qual as participantes avaliam comportamentos de terceiros ("*há donos [...] que parece que têm os cães para nada [...] se houvesse uma denúncia, era retirarem logo os cães*" - P.1). Esta indignação reforça que o vínculo humano-animal não se limita à relação

singular com o próprio animal, prolongando-se numa conceção mais ampla, constitutiva de identidade.

Por fim, a subcategoria **não-reconhecimento social do vínculo (3.4.)** revela a tensão entre esta centralidade identitária subjetiva atribuída ao animal e a sua desvalorização social, sobretudo quando a dor decorrente da perda não é legitimada: *“E eu fiquei tão mal quando ela morreu, eu não consegui ir trabalhar [...] e eu na minha na minha burrice, disse a verdade pro trabalho porque é que não ia trabalhar. ‘A mim também já morreu o cão e eu vim trabalhar’ e eu assim ‘fogo’, vê lá. Fogo, fogo”* - P.2. Esta minimização externa é consistente com o conceito de luto desautorizado, isto é, um luto que não é socialmente reconhecido, sancionado ou passível de expressão pública (Doka, 1989), fenómeno já documentado a propósito da perda de animais de companhia (Meyers, 2002). A desvalorização social contrasta, assim, com a intensidade de sentido das subcategorias anteriores: o significado atribuído ao animal nem sempre encontra ressonância fora da relação com ele.

4. O animal nas dinâmicas de vitimação

Os resultados até aqui apresentados incidiram essencialmente sobre o vínculo participante-animal, na sua natureza recíproca, protetora e identitária. A presente categoria desloca o foco para as narrativas que enquadram o animal no próprio cenário relacional da violência. Presente no agregado familiar, o animal é inevitavelmente também implicado, direta ou indiretamente, nas dinâmicas abusivas, deslocando a análise do vínculo diádico para o triângulo participante-agressor-animal. Esta leitura aproxima-se da literatura sobre *The Link*, relativa à co-ocorrência entre violência interpessoal e violência contra animais (Unti, 2008), evidenciando que ameaças, maus-tratos ou outras formas de utilização do animal podem integrar padrões mais amplos de coerção e vitimação.

Antes de explorar os episódios de instrumentalização, importa compreender como é descrita a **relação agressor-animal (4.1.)**. Contrariamente ao que podia antecipar-se, esta relação não assume um padrão único, oscilando entre **afeto e cuidado (4.1.1.)**: *“Ele adora animais”* (P.2); **indiferença/distanciamento (4.1.2.)**: *“Ele implicava com os animais, dizia ‘opa, eu não estou pra aturar [...] não são meus’”* (P.1) e **hostilidade e maus-tratos (4.1.3.)**: *“ele até vinho lhe dava”* - P.3; *“batia a todos eles, até com a Romi”* (P.4).

Esta heterogeneidade não se distribui, contudo, de forma aleatória: no conjunto dos cinco casos, a qualidade da relação agressor-animal tende a acompanhar - ainda que de forma imperfeita - o modo como o animal é posteriormente mobilizado nas dinâmicas de controlo.

O caso de P.5 ilustra essa imperfeição: embora descreva o agressor como “*super protetor*” e “ *muito meiguinho*” com a gata, relata um episódio isolado, durante uma discussão, em que este “*andou atrás dela*” e “*chegou a atirar uma almofada*”, ilustrando que mesmo as relações predominantemente afetuosas não são imunes à tensão conjugal.

A relação direta entre agressor e animal distingue-se, porém, de uma segunda dinâmica relatada, em consonância com a literatura sobre violência conjugal e maus-tratos a animais, na qual o comportamento do agressor dirigido ao animal serve sobretudo para atingir, pressionar ou controlar a participante (Faver & Strand, 2007). É nesta segunda dinâmica - a **instrumentalização do animal (4.2.)** - que o animal deixa de ser apenas alvo, passando também a arma relacional. Quando ocorre, esta instrumentalização inscreve-se no padrão mais amplo de controle coercivo que caracteriza a violência conjugal (Stark, 2007), convertendo o animal em mais um domínio da vida da vítima sobre o qual o agressor procura exercer controle. Quatro participantes narraram episódios de instrumentalização do animal, corroborando Fitzgerald et al. (2019), que documentam o maltrato animal como intencional e associado ao desejo do agressor de lesar e controlar a vítima. Três perceberam-no enquanto eficaz – **concretizada (4.2.1.)**. No relato de P.4, o agressor provocava deliberadamente o cavalo como forma de violência indireta: “*ele sabia perfeitamente, o cavalo não podia ouvir barulhos [...] fazia questão de discutir comigo à frente do cavalo. Que era pra ver se o cavalo me dava uma dentada. E deu.*” Noutros casos, a tentativa de instrumentalização não surtiu o efeito pretendido – **tentada (4.2.2.)** -, como relata P.1: “*Ele às vezes dizia 'Blade, morde ela', o Blade não mordia.*”

O relato de P.1 introduz também a **reação do animal (4.3.)**, mostrando que este não ocupa necessariamente uma posição passiva na dinâmica abusiva: os cães não apenas recusavam a ordem do agressor, como adotavam respostas de **proteção e intervenção (4.3.2.)**: “*Os cães não deixavam. Por exemplo, os cães ladravam para ele [...] Eu às vezes dizia 'Blade, olha ele' e ele começava a ladrar*” - demonstrando que a tentativa de instrumentalização pode falhar precisamente por o animal manter a sua lealdade orientada para a participante, reforçando o papel do vínculo enquanto mediador (“*Porque quem cuida dos cães, é a quem os cães têm amor.*” - P.1).

Contudo, esta **reação do animal (4.3.)** ao conflito não assume apenas ação protetora. Em alguns relatos, surge como **medo, retraimento ou evitamento (4.3.1.)**, revelando que também o animal era afetado pelo clima e ameaça presentes no agregado, absorvendo os efeitos da violência (“*Bastava perceber que ele aparecia, e ele se escondia, eu aparecia e ele vinha cá fora.*” - P.4). Já em P.5, a gata parece desempenhar uma função singularmente

apaziguadora, levando o agressor a conter-se perante a sua presença: *"quando ele era mais agressivo, quando a gata ia ter com ele, ele acalmava-se [...] ele via que a gata ficava mais nervosa e ele baixava o tom de voz, ou seja, acabava por haver aqui um respeito à presença dela."*

Estas reações ilustram que o animal não permanece exterior à violência: também ele a sente, manifesta e, por vezes, tenta interferir no seu curso. Investido de valor afetivo e relacional, os seus sinais não são percebidos como meras respostas comportamentais, mas como indícios de sofrimento, ameaça ou necessidade de proteção. É neste cruzamento entre vulnerabilidade percebida do animal e responsabilidade sentida pela vítima que se compreende a **exposição da vítima ao risco para proteger o animal (4.4.)**.

Nestes relatos, a proteção do animal surge como prolongamento do próprio vínculo: quando este é percebido como ameaçado ou utilizado pelo agressor, a responsabilidade pelo seu bem-estar pode sobrepor-se à autoproteção imediata da vítima, levando-a a intervir, confrontar o agressor ou regressar a contextos de perigo - fenómeno já explorado por McDonald e colaboradores (2017) enquanto potencial catalisador de escalada de violência. P.3 relata ter de ir repetidamente buscar o cão a um espaço de maior exposição ao agressor: *"Ele vinha-o sempre buscar aqui dentro para o cão ir para o anexo [...] que era pra eu ir lá tirar o cão pra dentro."* P.4 descreve uma hierarquia pessoal de risco em que o limiar de tolerância à violência dirigida a si parece superior ao da violência dirigida aos animais: *"Porque aí eu falava. Quando ele me tratava mal, eu calava-me. Mas quando ele tratava mal os animais..."* Segundo a própria, esta intervenção agravava o conflito: *"Ele ficava enervado, ele não gostava que eu lhe fizesse frente."*, acarretando também custo emocional, expresso na culpa por não conseguir evitar o sofrimento do animal: *"Eu tinha pena dela. Aquilo causava-lhe ansiedade."* culpa que reflete a natureza dual do vínculo, simultaneamente fonte de apoio e elo explorável pelo agressor (Collins et al., 2018).

5. Papel desempenhado pelo animal na decisão de abandono ou permanência do relacionamento

A **exposição da vítima ao risco para proteger o animal (4.4.)** evidencia que este não ocupa um lugar periférico nas dinâmicas de vitimação conjugal: o vínculo com o animal pode interferir na forma como a participante avalia o perigo, define prioridades e decide agir perante a ameaça. Torna-se, por isso, pertinente analisar o **papel desempenhado pelo animal na decisão de abandono ou permanência do relacionamento (5.)**. Em consonância com a

literatura, este papel não se revela linear, evidenciando uma ambivalência estrutural na **direção do vínculo na decisão (5.1.)**: o animal pode funcionar como fator de manutenção, levando vítimas a permanecer pela segurança dos seus animais (Collins et al., 2018; Flynn, 2000b), ou como fator de proteção, promovendo a rutura pela procura do seu bem-estar (Barrett et al., 2018; Strand & Faver, 2006).

P.4 descreve os seus animais enquanto **fator de permanência (5.1.1.)**, contribuindo para o adiamento da saída: *"Eu tinha que me separar de nove animais [...] foi um dos fatores que me fez ficar"* Relata ainda recorrer aos cavalos para reunir forças para continuar: *"Dava-me a força que eu precisava. É que eu ia buscar forças aos cavalos."* Esta dupla função - o vínculo que sustenta emocionalmente a permanência e, simultaneamente, torna a saída mais difícil - é consistente com a literatura que descreve o vínculo humano-animal como moderador face à adversidade, providenciando força subjetiva para suportar o sofrimento quotidiano e, simultaneamente, tornando mais custosa a rutura (Giesbrecht et al., 2025).

No caso de P.3, o vínculo operou no sentido inverso, como **fator de saída (5.1.2.)**: *"Deu-me mais força para acabar, ou tentar acabar com essa situação ridícula [...] foi proteger a minha filha e foi proteger o Branquinho"* (P.3), em linha com Faver & Strand (2007). Já noutras participantes, o animal posicionou-se enquanto **sem influência na decisão (5.1.3.)**: *"Eu não ia pôr a minha vida [em risco] mais nesse tempo todo por causa dos cães, por muito amor que a gente tenha aos cães e tudo. Eu sabia, eu sei que os cães estão seguros"* (P.1).

Importa ressaltar, contudo, que esta ausência de influência direta na decisão não aparenta traduzir um vínculo mais fraco. As três participantes que referiram que o animal não determinou a decisão tinham assegurado previamente uma **retaguarda de rede informal (5.3.)**: P.1 deixou os animais com o agressor, mas em coabitação com os sobrinhos, a quem atribui o papel de cuidadores; P.2 apoiou-se na mãe para reforçar os cuidados; e P.5 garantiu previamente a transição da gata para casa dos pais. Esta retaguarda parece ter neutralizado a ameaça que, em P.4, se converteu em fator de permanência, alinhando-se com Giesbrecht et al. (2025) quanto ao papel dos fatores contextuais de suporte na facilitação da saída.

Contudo, a existência desta retaguarda não anula o impacto emocional da saída. É neste ponto que emerge a subcategoria **vínculo como peso emocional na saída (5.2.)**: o animal pode não determinar a decisão e, ainda assim, torná-la afetivamente mais difícil. Em P.1, a saída ficou marcada pela preocupação em não deixar o gato isolado, obrigando-a a reorganizar os cuidados antes de partir: *"A saída sim, ficou marcada (...) quando eu vim embora, o Blade e a Zoe estavam a dormir com o meu sobrinho, e o meu gato ficou lá na*

cama (...) para que o meu gato não ficasse sozinho, eu pus ao pé dos cães e do meu sobrinho”.

Assim, mesmo sem funcionar como fator direto de permanência, o animal permaneceu no centro emocional da decisão: sair implicava também decidir quem o protegeria e que continuidade seria possível para o vínculo.

6. Vínculo no pós-rutura

Se a categoria anterior evidencia que a decisão de sair da relação abusiva implica negociar a preservação do vínculo com o animal, a presente categoria permite acompanhar o que acontece depois da rutura. Importa assinalar que esta categoria não decorreu de um bloco específico do guião, tendo emergido indutivamente dos relatos sobre a circunstância atual do animal. A saída da relação não significou, necessariamente, a quebra afetiva do vínculo humano-animal; contudo, em vários relatos, implicou a interrupção da convivência quotidiana, a distância física e a impossibilidade de continuar a vivê-lo nos moldes anteriores.

A **separação e sofrimento pela perda do convívio (6.1.)** é a subcategoria mais densa desta categoria, documentando o custo afetivo de deixar o animal para trás: *"Eu pra trás deixei o marido, e tive que deixar também os animais [...] onde também não posso ver mais os animais porque vivem com ele"* (P.1). Também P.4 relata evitar contacto com os animais que deixou, pela dificuldade em confrontar essa ausência: *"Mas não tenho coragem de ir [ver os animais]. E tenho vontade de os trazer a todos de volta."*

Esta forma de sofrimento distingue-se do luto pela morte do animal: não há perda definitiva nem possibilidade clara de encerramento, mas uma ausência incerta e potencialmente reversível - o animal está vivo, porém inacessível. Trata-se, assim, de uma perda ambígua (Boss, 1999), em que a ausência física coexiste com a presença psicológica. O vínculo não termina: permanece suspenso entre a continuidade afetiva e a impossibilidade concreta de convivência. Esta suspensão pode prolongar-se como fonte adicional de sofrimento, sobreposta ao impacto da violência vivida: a rutura com o agressor resolve uma fonte de trauma, mas pode abrir, em simultâneo, uma segunda ferida, sem desfecho à vista.

É esta suspensão do vínculo que a subcategoria **manutenção indireta e simbólica do vínculo (6.2.)** permite aprofundar. A separação física não implicou o desaparecimento da relação: pelo contrário, o vínculo persiste através de formas indiretas de presença, vigilância, memória ou mediação por terceiros. P.1 relata um arranjo discreto com uma vizinha de confiança para acompanhar os animais à distância: *"eu falo com a minha comadre às*

escondidas [...] e eles fazem as filmagens, sem eles darem conta, e depois mandam pra gente saber". Já P.4 preserva um objeto como elo simbólico com um cavalo entretanto morto: "tenho a pulseira do cavalo, que morreu". Assim, quando a convivência deixa de ser possível, o vínculo reorganiza-se: deixa de se exercer no cuidado quotidiano e passa a sobreviver em imagens, notícias, objetos e gestos de memória.

Esta continuidade manifesta-se ainda na **projeção futura de nova convivência com animais (6.3.)**, sob a forma de uma intenção de reinscrever a presença animal num quotidiano futuro: *"um dia quando tiver a minha própria casa, quero um cão um gato, principalmente para estarem comigo, e para estar com a minha filha"* (P.1), demonstrando que mesmo quando a convivência anterior se rompe, o lugar relacional ocupado pelos animais permanece aberto.

No seu conjunto, esta categoria evidencia que a rutura conjugal não encerra necessariamente o vínculo humano-animal, deslocando-o antes para outras formas de existência.

7. Percepções sobre as respostas institucionais

Depois de percorridas as formas como o animal atravessa o vínculo, a violência, a decisão de saída e o pós-ruptura, a última categoria desloca a análise para o modo como esse lugar foi - ou não foi - reconhecido pelas respostas institucionais. A categoria **percepções sobre as respostas institucionais (7.)** organiza-se em duas subcategorias: **experiência vivida (7.1.)** e **necessidades e propostas (7.2.)**, permitindo compreender tanto os contactos com serviços formais, como aquilo que, na perspectiva das participantes, permanece por responder.

A **experiência vivida (7.1.)** documenta, antes de mais, uma invisibilidade recorrente do animal nos contactos institucionais: a **ausência de referência ao animal nos contactos institucionais (7.1.1.)** constitui-se a sub-subcategoria mais densa desta categoria, traduzindo uma omissão sistemática por parte dos serviços: *"Mas dos animais nunca perguntaram, [...] que eu até disse 'nunca me falaram sobre os animais'"* (P.1). Esta omissão torna-se particularmente reveladora quando confrontada com as fichas RVD-1L/2L, que preveem a identificação de violência física contra animais domésticos, mas não contemplam de forma equivalente a presença do animal, o vínculo estabelecido ou as necessidades de segurança que dele decorrem. A avaliação do risco passado coexiste, assim, com a invisibilidade do vínculo presente, ajudando a compreender por que razão o tema raramente foi abordado de forma proativa - padrão também documentado internacionalmente, onde a pergunta ativa sobre a

segurança dos animais é apontada como prática essencial, mas ainda insuficientemente adotada nos serviços de apoio a vítimas de violência conjugal (Stevenson et al., 2018).

Ao não reconhecerem o lugar do animal na experiência da vítima, as respostas institucionais arriscam reproduzir, num registo formal, a desvalorização já documentada em **não-reconhecimento social do vínculo (3.4.)**, privando a vítima de um recurso que, como visto ao longo desta discussão, modula ativamente a sua relação com o trauma vivido. Esta omissão raramente foi corrigida pela própria vítima, uma vez que a **iniciativa da vítima na introdução do animal nos contactos de apoio (7.1.2.)** apenas se verifica nos relatos de duas participantes (*"Eu é que falei sobre o cão. E lá no Gabinete, e ainda na Associação X e até na polícia eu cheguei a falar de ter o meu Branquinho."* - P.3).

Quando o tema chegou a ser abordado pelos serviços, as avaliações dividem-se entre o **apoio institucional percebido como positivo (7.1.3.)**, sobretudo quando a presença do animal é aceite ou facilitada (*"Senti porque deixaram [a Romi] entrar [...] Soube-me muito bem. Fez toda a diferença"* - (P.4), e a **resposta institucional percebida como insuficiente ou desajustada face ao vínculo (7.1.4.)**, como na experiência de P.3 perante a exigência de deixar o cão para trás: *"Eu disse 'eu tenho um cão e não vou pra lado nenhum' [...] E elas 'ponha a mala, mas olhe que o seu cão não pode ir', então abandono na rua, é isso?"* Esta recusa mostra como a omissão institucional do animal pode devolver à vítima uma escolha impossível entre a sua segurança e a do animal, perpetuando o ciclo de vitimação (Ascione, 1997; Flynn, 2000a; Montgomery et al., 2024).

Este conjunto de experiências, marcado pela ausência do tema e, quando presente, por respostas inconsistentes, fundamenta diretamente **necessidades e propostas (7.2.)**. A necessidade mais frequentemente identificada é a de **acolhimento conjunto ou soluções de proximidade para animais (7.2.1.)**: *"Olha que deixassem nos trazer os animais. Se não pudesse ser pra casa, pra um sítio próximo, que a gente pudesse, sei lá..."* (P.2). Esta proposta encontra eco no artigo 309.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que prevê que o acolhimento de vítimas de violência doméstica não possa deixar de ser assegurado em razão da detenção de animais de companhia que integrem o agregado familiar (Lei n.º 45-A/2024).

Uma segunda proposta inverte o ónus habitualmente colocado sobre a vítima: a **necessidade de remoção do agressor e permanência segura da vítima e dos animais (7.2.2.)**: *"não é as pessoas que sofrem violência doméstica é que tem que sair, ir embora com os câezinhos e com os filhinhos, e os agressores ficarem dentro de casa"* (P.3). Por fim, P.4 propõe uma forma mais ativa de **reconhecimento e sensibilização para o papel do animal no apoio emocional à vítima (7.2.3.)**, sugerindo a introdução de animais terapêuticos nas

próprias associações: *"ter um cão, a própria associação ter um cão, que fosse um cão terapêutico."* Esta proposta aproxima-se de uma área de intervenção já em desenvolvimento, na qual a terapia assistida por animais tem sido associada à redução de sintomatologia traumática e à promoção de bem-estar em populações expostas a adversidade (Mims & Waddell, 2019), ecoando a força do vínculo descrita ao longo dos resultados.

Globalmente, esta categoria documenta a tensão entre a centralidade subjetiva do animal na experiência das vítimas e a sua visibilidade ainda irregular nas respostas formais. Ao pedir acolhimento conjunto, remoção do agressor ou animais terapêuticos nas associações, as participantes não solicitam apenas conveniência prática, mas o reconhecimento institucional de um vínculo que os dados deste estudo sugerem ser relevante na modulação do impacto traumático. Assim, a categoria encerra o percurso analítico deslocando o animal da margem para o centro da intervenção, evidenciando que reconhecer o vínculo humano-animal não constitui um detalhe acessório, mas uma condição para respostas institucionais mais ajustadas à experiência real das vítimas.

Conclusão

Ao procurar compreender a experiência de pessoas vítimas de violência conjugal que coabitaram com animais de companhia durante o período de vitimação, este estudo evidencia que o animal ocupa um lugar que ultrapassa amplamente o de elemento periférico. Ao longo das narrativas, o vínculo humano-animal emerge enquanto dimensão estruturante da vivência da violência e do trauma, atravessando o modo como a ameaça é sentida, como o sofrimento é regulado, como as decisões são ponderadas, como as perdas se prolongam e como as respostas institucionais são percecionadas. Sobressai, neste percurso, a continuidade deste vínculo: mesmo quando envolvido na dinâmica abusiva, mantém-se relativamente desacoplado da violência que o rodeia, preservando um espaço relacional que esta dificilmente consegue colonizar.

Os resultados evidenciam um vínculo profundamente recíproco, marcado por continuidade e investimento afetivo, no qual o animal surge simultaneamente como destinatário de cuidado e fonte de segurança, conforto, companhia e regulação emocional. Num contexto dominado pela incontrollabilidade e imprevisibilidade que caracterizam a experiência traumática, esta relação preserva uma zona de segurança; e, perante uma violência que opera pela erosão da autonomia, o cuidado quotidiano ao animal mantém uma das poucas esferas em que a vítima conserva agência. Esta presença pode ainda inscrever-se na própria

identidade, convertendo-se em marco biográfico, fonte de continuidade e, em momentos de risco existencial, razão para continuar. Onde a violência desorganiza, o cuidado reinscreve rotina; onde o agressor isola, o animal permanece; onde a experiência traumática fragmenta, o vínculo oferece estabilidade e sentido.

Esta força protetora não elimina, contudo, a vulnerabilidade do animal nem a possibilidade de o vínculo ser capturado pela dinâmica abusiva. Os dados mostram que o animal pode ser instrumentalizado pelo agressor, tornar-se alvo de maus-tratos ou colocar a vítima perante situações em que protegê-lo implica aumentar o risco para si. É nesta tensão que o vínculo revela a sua natureza ambivalente: pode sustentar a vítima face à adversidade, mas também tornar mais difícil a saída; pode funcionar como porto de abrigo, mas também como elo explorável pelo agressor; pode ser motivo de permanência, mas também força mobilizadora de rutura. Ainda assim, a instrumentalização não se revelou inevitável nem uniforme: em alguns casos, foi concretizada através de maus-tratos ou do uso do animal como meio de controlo; noutros, foi neutralizada pela reação do próprio animal, cuja lealdade à vítima contrariou a tentativa do agressor; noutros ainda, a relação agressor-animal assumiu contornos afetuosos ou distantes, sem mobilização direta do animal como meio de violência. Um caso singular sugeriu ainda a possibilidade de a presença do animal apaziguar a própria interação violenta, abrindo uma via analítica relevante. Independentemente destas variações, a relação afetiva da vítima com o animal não se deteriorou em nenhum dos cinco casos, reforçando a ideia de uma continuidade própria do vínculo.

A influência do vínculo nas decisões relativas à relação abusiva revelou-se igualmente complexa e não linear, podendo o animal constituir fator de permanência, catalisador da saída ou peso emocional que acompanha a rutura mesmo sem a determinar. A decisão de abandonar a relação abusiva surge, assim, menos como momento isolado do que como processo atravessado por responsabilidades afetivas e exigências de proteção. A existência de redes informais capazes de assegurar a proteção do animal revelou-se moderadora: quando o seu bem-estar se encontra assegurado, o vínculo tende a deixar de operar como barreira direta à saída, embora não perca o seu peso afetivo. Mesmo após a rutura, o vínculo não se extingue necessariamente, reorganizando-se sob formas simbólicas e indiretas: perda ambígua, vigilância à distância, memória, objeto guardado ou desejo de futura convivência. A saída da relação abusiva não elimina, portanto, todas as perdas que a violência produz; por vezes, inaugura também a dor de deixar para trás uma presença que ajudava a sobreviver-lhe. O vínculo permanece, assim, como ausência viva, ferida suspensa e horizonte de reconstrução.

Esta centralidade subjetiva contrasta com a visibilidade ainda irregular do animal nas respostas formais. Embora relevante para a segurança, a tomada de decisão e a reorganização emocional das participantes, o vínculo permaneceu frequentemente ausente dos contactos institucionais, da avaliação de necessidades e do planeamento de proteção. As propostas das participantes, o acolhimento conjunto, as soluções de proximidade para os animais, a remoção do agressor e a maior sensibilização profissional apontam para respostas capazes de reconhecer o vínculo humano-animal como dimensão concreta da experiência de vitimação, e não como detalhe acessório.

No seu conjunto, este estudo sugere que compreender a violência conjugal exige alargar o olhar para o ecossistema relacional em que a violência ocorre. O animal de companhia não surge apenas como companhia ou possível vítima indireta: surge como presença afetiva, recurso emocional, alvo de controlo, motivo de decisão, perda prolongada e exigência institucional. Reconhecer este lugar é reconhecer uma dimensão da experiência traumática que, permanecendo muitas vezes invisível, pode ser decisiva na forma como a vítima resiste, permanece, sai e se reconstrói.

O presente estudo apresenta limitações que importa reconhecer para uma leitura cuidadosa dos resultados. Embora a dimensão da amostra (N=5) se adeque ao critério de *information power* e à natureza qualitativa do estudo, a homogeneidade das participantes - todas mulheres e já fora da relação abusiva no momento da entrevista - limitou a representatividade do estudo. Acresce um possível viés de autosseleção, uma vez que quem aceitou participar num estudo sobre animais de companhia poderá ter estabelecido vínculos particularmente significativos com estes, acentuando a centralidade do laço nos resultados. A codificação foi realizada por uma única investigadora, limitação mitigada pelo acompanhamento da orientação científica. Por fim, a publicação recente da Lei n.º 45-A/2024 impossibilitou recolher testemunhos sobre a sua aplicação concreta.

Estas limitações apontam, simultaneamente, direções de investigação futura: incluir vítimas de outros géneros e pessoas que permaneçam em relações abusivas, avaliar o impacto das medidas legislativas em curso e explorar configurações em que a presença do animal possa regular a própria interação violenta. Do ponto de vista da prática, os resultados reforçam a necessidade de rever os instrumentos de avaliação de risco, contemplando não apenas o histórico de violência contra o animal, mas também a sua presença atual, o vínculo estabelecido e as necessidades de planeamento de segurança que dele decorrem. Mais do que responder a uma necessidade prática, integrar o animal nas respostas de apoio significa

reconhecer um vínculo que pode sustentar, prender, ferir e reparar - e que, por isso, pertence ao centro da compreensão da violência conjugal e do trauma.

Nota: Utilização de Inteligência Artificial

O presente trabalho recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial, sendo a sua aplicabilidade circunscrita ao apoio da edição de texto, nomeadamente na revisão linguística e ordenação frásica, sendo toda a composição teórica de autoria original.

Referências

- American Psychological Association. (n.d.). Trauma. In *APA dictionary of psychology*. Retrieved March 10, 2025, from <https://dictionary.apa.org/trauma>
- American Veterinary Medical Association. (n.d.). *Human-animal bond*. <https://www.avma.org/resources-tools/one-health/human-animal-bond>
- Applebaum, J. W., MacLean, E. L., & McDonald, S. E. (2021). Love, fear, and the human-animal bond: On adversity and multispecies relationships. *Comprehensive psychoneuroendocrinology*, 7, 100071. <https://doi.org/10.1016/j.cpnec.2021.100071>
- Ascione, F. R. (1997). Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. *Journal of Emotional Abuse*, 1(1), 119–133. https://doi.org/10.1300/J135v01n01_06
- Ascione, F. R., Weber, C. V., & Wood, D. S. (1997). The abuse of animals and domestic violence: A national survey of shelters for women who are battered. *Society & Animals: Journal of Human-Animal Studies*, 5(3), 205–218. <https://doi.org/10.1163/156853097X00132>
- Barbosa-Torres, C., Bueno-Galán, M., Bueso-Izquierdo, N., Cantillo, P. & Moreno, J. (2024). Intimate partner violence and domestic violence linked to animal abuse: A review of the literature. *Current Psychology*, 43, 32200–32209. <https://doi.org/10.1007/s12144-024-06731-w>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Barrett, B. J., Fitzgerald, A., Peirone, A., Stevenson, R., & Cheung, C. H. (2018). Help-seeking among abused women with pets: Evidence from a Canadian sample. *Violence and Victims*, 33(4), 604–626. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-17-00072>

- Barrett, B. J., Fitzgerald, A., Stevenson, R., & Cheung, C. H. (2020). Animal maltreatment as a risk marker of more frequent and severe forms of intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence*, 35(23-24), 5131–5156.
<https://doi.org/10.1177/0886260517719542>
- Benjet, C., Bromet, E., Karam, E. G., Kessler, R. C., McLaughlin, K. A., Ruscio, A. M., Shahly, V., Stein, D. J., Petukhova, M., Hill, E., Alonso, J., Atwoli, L., Bunting, B., Bruffaerts, R., Caldas-de-Almeida, J. M., de Girolamo, G., Florescu, S., Gureje, O., Huang, Y., Lepine, J. P., ... Koenen, K. C. (2016). The epidemiology of traumatic event exposure worldwide: results from the World Mental Health Survey Consortium. *Psychological medicine*, 46(2), 327–343.
<https://doi.org/10.1017/S0033291715001981>
- Boals, A. (2018). Trauma in the eye of the beholder: Objective and subjective definitions of trauma. *Journal of Psychotherapy Integration*, 28(1), 77–89. <https://doi.org/10.1037/int0000050>
- Bonanno, G. A., Westphal, M., & Mancini, A. D. (2011). Resilience to loss and potential trauma. *Annual review of clinical psychology*, 7, 511–535.
<https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-032210-104526>
- Boss, P. (1999). *Ambiguous loss: Learning to live with unresolved grief*. Harvard University Press.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. Basic Books.
- Carlson, E. B., & Dalenberg, C. J. (2000). A conceptual framework for the impact of traumatic experiences. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(1), 4–28. <https://doi.org/10.1177/1524838000001001002>

- Cassels, M. T., White, N., Gee, N., & Hughes, C. (2017). One of the family? Measuring young adolescents' relationships with pets and siblings. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 49, 12–20. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2017.01.003>
- Chan, K. L., Chen, Q., & Chen, M. (2021). Prevalence and correlates of the co-occurrence of family violence: A meta-analysis on family polyvictimization. *Trauma, violence & abuse*, 22(2), 289–305. <https://doi.org/10.1177/1524838019841601>
- Cleary, M., Thapa, D. K., West, S., Westman, M., & Kornhaber, R. (2021). Animal abuse in the context of adult intimate partner violence: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 61. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101676>
- Collins, E. A., Cody, A. M., McDonald, S. E., Nicotera, N., Ascione, F. R., & Williams, J. H. (2018). A template analysis of intimate partner violence survivors' experiences of animal maltreatment: Implications for safety planning and intervention. *Violence Against Women*, 24(4), 452–476. <https://doi.org/10.1177/1077801217697266>
- Costa, E. C. V., & Gomes, S. C. (2018). Social support and self-esteem moderate the relation between intimate partner violence and depression and anxiety symptoms among Portuguese women. *Journal of Family Violence*, 33(5), 355–368. <https://doi.org/10.1007/s10896-018-9962-7>
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (2nd ed.). Sage Publications, Inc.
- DeViney, E., Dickert, J., & Lockwood, R. (1983). The care of pets within child abusing families. *International Journal for the Study of Animal Problems*, 4(4), 321–329.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. Código Penal. *Diário da República* n.º 63/1995, Série I-A. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-169645609>

- Doka, K. J. (Ed.). (1989). *Disenfranchised grief: Recognizing hidden sorrow*. Lexington Books.
- Dokkedahl, S. B., Kirubakaran, R., Bech-Hansen, D., Kristensen, T. R., & Elklit, A. (2022). The psychological subtype of intimate partner violence and its effect on mental health: a systematic review with meta-analyses. *Systematic reviews*, 11(1), 163. <https://doi.org/10.1186/s13643-022-02025-z>
- Draucker, C. B., Martsof, D. S., & Poole, C. (2009). Developing distress protocols for research on sensitive topics. *Archives of psychiatric nursing*, 23(5), 343–350. <https://doi.org/10.1016/j.apnu.2008.10.008>
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of advanced nursing*, 62(1), 107–115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>
- Faver, C. A., & Strand, E. B. (2007). Fear, guilt, and grief: Harm to pets and the emotional abuse of women. *Journal of Emotional Abuse*, 7(1), 51–70. https://doi.org/10.1300/J135v07n01_04
- Fitzgerald, A. J. (2007). ‘They gave me a reason to live’: The protective effects of companion animals on the suicidality of abused women. *Humanity and Society*, 31(4), 355–378. <https://doi.org/10.1177/016059760703100405>
- Fitzgerald, A. J., Barrett, B. J., Stevenson, R., & Cheung, C. H. (2019). Animal maltreatment in the context of intimate partner violence: A manifestation of power and control?. *Violence against women*, 25(15), 1806–1828. <https://doi.org/10.1177/1077801218824993>
- Flynn, C. P. (2000a). Battered women and their animal companions: Symbolic interaction between human and nonhuman animals. *Society and Animals*, 8, 99–127. <https://doi.org/10.1163/156853000511032>

- Flynn, C. P. (2000b). Woman's best friend: Pet abuse and the role of companion animals in the lives of battered women. *Violence Against Women*, 6(2), 162-177. <https://doi.org/10.1177/10778010022181778>
- Giesbrecht C. J. (2022). Animal safekeeping in situations of intimate partner violence: Experiences of human service and animal welfare professionals. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(17-18), 16931–16960. <https://doi.org/10.1177/08862605211025037>
- Giesbrecht, C. J., Fletcher, A. J., & Wuerch, M. A. (2025). Intimate partner violence, animal maltreatment, and barriers to safety for survivors with companion animals and livestock: Findings from a qualitative study. *Violence Against Women*, 31(2), 421-448. <https://doi.org/10.1177/10778012231208985>
- Golding, J. M. (1999). Intimate partner violence as a risk factor for mental disorders: A meta-analysis. *Journal of Family Violence*, 14(2), 99–132. <https://doi.org/10.1023/A:1022079418229>
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105–117). Sage Publications, Inc.
- Herman, J. L. (1992). Trauma and recovery: The aftermath of violence - from domestic abuse to political terror. Basic Books.
- Instrução n.º 2/2014, de 30 de outubro. Inquéritos por crime de violência doméstica - Ficha de avaliação de risco. Procuradoria-Geral da República. <https://www.ministeriopublico.pt/destaque/instrucao-no-22014-da-procuradora-geral-da-republica>

- Irvine, L. & Cilia, L. (2017). More-than-human families: Pets, people, and practices in multispecies households. *Sociology Compass*, 11(2), e12455. <https://doi.org/10.1111/soc4.12455>
- Kallio, H., Pietilä, A. M., Johnson, M., & Kangasniemi, M. (2016). Systematic methodological review: developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. *Journal of advanced nursing*, 72(12), 2954–2965. <https://doi.org/10.1111/jan.13031>
- Kurdek, L. A. (2008). Pet dogs as attachment figures. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25(2), 247-266. <https://doi.org/10.1177/0265407507087958>
- Kwong, M. J., & Bartholomew, K. (2011). "Not just a dog": an attachment perspective on relationships with assistance dogs. *Attachment & human development*, 13(5), 421–436. <https://doi.org/10.1080/14616734.2011.584410>
- Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro. (2024). *Diário da República*, 1.ª Série, Suplemento, n.º 253/2024. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/45-a-2024-901667918>
- Malterud, K., Siersma, V. D., & Guassora, A. D. (2016). Sample size in qualitative interview studies: Guided by information power. *Qualitative health research*, 26(13), 1753–1760. <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Comissão para a cidadania e igualdade de género
- McConnell, A. R., Lloyd, E. P., & Buchanan, T. M. (2017). Animals as friends: Social psychological implications of human-pet relationships. In M. Hojjat & A. Moyer (Eds.), *The psychology of friendship* (pp. 157–174). Oxford University Press.

- McConnell, A. R., Lloyd, E. P., & Humphrey, B. T. (2019). We are family: Viewing pets as family members improves wellbeing. *Anthrozoös*, 32(4), 459–470. <https://doi.org/10.1080/08927936.2019.1621516>
- McDonald, S. E., Cody, A. M., Collins, E. A., Stim, H. T., Nicotera, N., Ascione, F. R., & Williams, J. H. (2017). Concomitant exposure to animal maltreatment and socioemotional adjustment among children exposed to intimate partner violence: a mixed methods study. *Journal of child & adolescent trauma*, 11(3), 353–365. <https://doi.org/10.1007/s40653-017-0176-6>
- McDonald, S. E., Matijczak, A., Nicotera, N., Applebaum, J. W., Kremer, L., Natoli, G., O’Ryan, R., Booth, L. J., Murphy, J. L., Tomlinson, C. A., & Kattari, S. K. (2022). “He was like, my ride or die”: Sexual and gender minority emerging adults’ perspectives on living with pets during the transition to adulthood. *Emerging Adulthood*, 10(4), 1008–1025. <https://doi.org/10.1177/21676968211025340>
- Mechanic, M. B., Weaver, T. L., & Resick, P. A. (2008). Mental health consequences of intimate partner abuse: A multidimensional assessment of four different forms of abuse. *Violence Against Women*, 14(6), 634–654. <https://doi.org/10.1177/1077801208319283>
- Meyers, B. (2002). Disenfranchised grief and the loss of an animal companion. In K. J. Doka (Ed.), *Disenfranchised grief: New directions, challenges, and strategies for practice* (pp. 251–264). Research Press.
- Mims, D., & Waddell, R. (2019). Animal Assisted Therapy and Trauma Survivors. *Acta Scientific Neurology*, 2(3), 14-18. <https://doi.org/10.1080/23761407.2016.1166841>
- Montgomery, J., Liang, Z., & Lloyd, J. (2024). A scoping review of forced separation between people and their companion animals. *Anthrozoös*, 37(2), 245–267. <https://doi.org/10.1080/08927936.2023.2287315>

- Mota-Rojas, D., Monsalve, S., Lezama-García, K., Mora-Medina, P., Domínguez-Oliva, A., Ramírez-Necoechea, R., & Garcia, R. C. M. (2022). Animal abuse as an indicator of domestic violence: One health, one welfare approach. *Animals: an open access journal from MDPI*, 12(8), 977. <https://doi.org/10.3390/ani12080977>
- National Link Coalition. (n.d.) *What is the Link*. <https://nationallinkcoalition.org/what-is-the-link>
- Newberry, M. (2017). Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 34, 273–281. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.11.007>
- Nowell, L.S., Norris, J.M., White, D.E. & Moules, N.J. (2017) Thematic analysis: Striving to meet the trustworthiness criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 16, 1-13. <https://doi.org/10.1177/1609406917733847>
- Oosthuizen, K., Haase, B., Ravulo, J., Lomax, S., & Ma, G. (2023). The role of human-animal bonds for people experiencing crisis situations. *Animals*, 13(5), 941. <https://doi.org/10.3390/ani13050941>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2022). *Situações traumáticas: O que são e como lidar com elas*. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/opp_situacaoestruturais_oquesaoecomolidarcomelas.pdf
- Polkinghorne, D. E. (1989). Phenomenological research methods. In R. S. Valle & S. Halling (Eds.), *Existential-phenomenological perspectives in psychology* (pp. 41-60). Plenum.
- Ramalho-Santos, J., & Horta, S. (Eds.). (2024). *Um planeta, uma saúde, uma ética*. Conselho Nacional de ética para as Ciências da Vida
- Ritchie, J. & Lewis, J. (2003). *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. Sage Publications.

- Roller, M. R., & Lavrakas, P. J. (2015). *Applied qualitative research design: A total quality framework approach*. Guilford Press.
- Shorey, S., Chua, C. M. S., Chan, V., & Chee, C. Y. I. (2023). Women living with domestic violence: Ecological framework-guided qualitative systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 71, 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2023.101835>
- Sistema de Segurança Interna. (2026). *Relatório anual de segurança interna 2025*. Ministério da Administração Interna. <https://www.ssi.gov.pt/publicacoes/rasi/RASI2025.pdf>
- Starcevic, A. (Ed.). (2019). *Psychological Trauma*. IntechOpen.
- Stark, E. (2007). *Coercive control: How men entrap women in personal life*. Oxford University Press.
- Stevenson, R., Fitzgerald, A., & Barrett, B. J. (2018). Keeping pets safe in the context of intimate partner violence: Insights from domestic violence shelter staff in Canada. *Affilia*, 33(2), 236-252. <https://doi.org/10.1177/0886109917747613>
- Strand, E. B., & Faver, C. A. (2006). Battered women's concern for their pets: A closer look. *Journal of Family Social Work*, 9(4), 39–58. https://doi.org/10.1300/J039v09n04_04
- Stubbs, A., & Szoek, C. (2022). The effect of intimate partner violence on the physical health and health-related behaviors of women: A systematic review of the literature. *Trauma, violence & abuse*, 23(4), 1157–1172. <https://doi.org/10.1177/1524838020985541>
- Tiplady, C. M., Walsh, D. B., & Phillips, C. J. (2015). The ongoing impact of domestic violence on animal welfare. *Animal Studies Journal*, 4(2), 116–139. <https://doi.org/10.1111/j.1751-0813.2011.00843.x>
- Unti, B. (2008). Cruelty indivisible: Historical perspectives on the link between cruelty to animals and interpersonal violence. In F. R. Ascione (Ed.) *The International*

- Handbook of Animal Abuse and Cruelty: Theory, Research, and Application* (pp. 7-30). Purdue University Press.
- Vilelas, J. (2022). *Investigação: O processo de construção do conhecimento* (3ªed.). Edições Sílabo. (Obra original publicada em 2009)
- White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. Norton.
- Wilcox, T., Greenwood, M., Pullen, A., O’Leary Kelly, A., & Jones, D. (2021). Interfaces of domestic violence and organization: Gendered violence and inequality. *Gender, Work and Organization*, 28(2), 701–721. <https://doi.org/10.1111/gwao.12515>
- World Health Organization. (2021, March 9). *Violence against women prevalence estimates, 2018*. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

Anexos

Anexo A. Guião da entrevista

Trauma a quatro patas: o papel dos animais de companhia na violência conjugal em Portugal - Guião de Entrevista

Objetivo geral

compreender as experiências de indivíduos vítimas de violência conjugal que coabitaram com animais de companhia durante a relação abusiva, explorando o papel que estes desempenham no contexto do trauma associado à vitimação, em Portugal.

Objetivos específicos

OE1. Analisar o vínculo afetivo estabelecido entre a vítima e o animal e o seu eventual impacto na vivência do trauma. [[Blocos C, E](#)]

OE2. Explorar de que forma o animal de companhia foi implicado nas dinâmicas de vitimação conjugal. [[Bloco D](#)]

OE3. Investigar de que modo o vínculo com o animal influenciou a decisão da vítima em permanecer ou abandonar a relação abusiva. [[Blocos D, E, G](#)]

OE4. Compreender as perceções das vítimas relativamente às respostas institucionais existentes face à interseção entre violência conjugal e coabitação com animais de companhia. [[Bloco G](#)]

Estrutura do guião

[**Bloco A** Acolhimento, segurança e consentimento](#)

[**Bloco B** Caracterização sociodemográfica e contextualização](#)

[**Bloco C** O vínculo com o animal antes e durante a violência](#)

[**Bloco D** O animal implicado na vitimação](#)

[**Bloco E** O animal como regulador emocional](#)

[**Bloco F** Processo de decisão](#)

[**Bloco G** Respostas institucionais](#)

[**Bloco H** Fecho e *debriefing*](#)

Princípios orientadores para o entrevistador

- **Acolhimento e segurança:** garantir conforto antes de iniciar; adaptar formato, local e ritmo às circunstâncias do participante (ex.: "Podemos ir com calma").
- **Adaptação das questões ao contexto:** omitir ou reformular questões inadequadas face à situação concreta (ex.: acolhimento institucional, rutura recente).
- **Validação da experiência sem indução:** acolher o que é partilhado sem sugerir interpretações ou respostas (ex.: "Obrigado/a por partilhar"; "Faz sentido que tenha sentido isso").
- **Perguntas abertas, centradas em significados:** privilegiar "Como foi para si...?" ou "O que isso significou...?" em detrimento do "porquê" direto (ex.: "O que a levou a...?"; "Como decidiu...?").
- **Flexibilidade na ordem e no ritmo:** adaptar a sequência ao discurso do participante, respeitar pausas e evitar repetição de perguntas.
- **Gestão da carga emocional:** manter postura empática e não reativa; avaliar o estado emocional ao longo da entrevista e ajustar o ritmo sempre que necessário.

BLOCO A - Acolhimento, segurança e consentimento

1. (apenas para online) Está num local onde se sinta confortável e com privacidade para conversar? Há alguém que possa ouvir a conversa neste momento?
Entregar e rever consentimento informado

BLOCO B - Caracterização sociodemográfica, "aquecimento" e contextualização breve

B.1. Caracterização sociodemográfica

Nota: As questões seguintes devem ser adaptadas às circunstâncias específicas de cada participante. O entrevistador deverá omitir ou reformular as que sejam inadequadas face ao contexto concreto

2. Que idade tem?
3. Em que zona reside?
4. Tem filhos?
5. Qual a sua situação profissional? E qual era na altura da relação?
6. Qual o seu nível de escolaridade?
7. Qual o seu estado civil atual?

B.2. Caracterização do contexto: animais de companhia

Nota: As questões seguintes usam o singular por conveniência. O entrevistador deverá adaptar para o plural sempre que o participante tenha mais do que um animal.

8. Que animal tinha na altura (espécie)?
9. Há quanto tempo vivia consigo?
10. Pode explicar-me como é que esse animal de companhia foi viver consigo (foi adotado? Resgatado? Comprado)?
11. Esse animal já estava consigo antes dessa relação?
12. Atualmente, esse animal está consigo?
13. (se não) Pode contar-me o que aconteceu?

B.3. Caracterização do contexto: relação abusiva

14. Atualmente, encontra-se numa relação com essa pessoa?
15. (se terminou) Há quanto tempo terminou essa relação?
16. Consegue dizer-me, mais ou menos, quanto tempo terá durado o relacionamento?
17. Atualmente, existe algum tipo de contacto?
18. (Se sim) Sente-se segura para falar sobre este tema neste momento?
19. Pode contar-me, da forma que considerar mais confortável, como foi para si viver o relacionamento?
20. Pode descrever como se manifestavam os conflitos?

BLOCO C - O vínculo com o animal antes e durante a violência

21. Como descreveria a relação que tinha com o seu animal antes do início da violência?
 - *O que representava o animal para si?*
 - *Em que momento da sua vida esse animal apareceu?*
 - *Que papel tinha no seu dia a dia?*
22. Quando a situação abusiva começou ou se agravou, sente que algo mudou na sua relação com o animal?
 - *(se sim) De que forma?*

BLOCO D - O animal implicado na vitimação

23. Como descreveria a relação do seu parceiro com o animal?
 - *Essa relação mudou ao longo do tempo?*
 - *Sentia que o bem-estar básico do animal era assegurado por ele — por exemplo, cuidados, alimentação, atenção?*
24. Recorda-se de situações em que o animal tenha estado presente durante episódios de conflito ou violência? Pode descrevê-las?
 - *Como era para si quando isso acontecia?*
25. Em algum momento sentiu que o seu parceiro usou, direta ou indiretamente, o animal como forma de a atingir, pressionar ou influenciar o seu comportamento? Pode falar sobre isso?
 - *O que sentia nessas situações?*
26. Houve situações em que tenha sentido que o bem-estar ou segurança do animal estavam em risco?

- *O que sentia nesses momentos?*
- 27. (se sim) Quando essas situações aconteciam, o que fazia?
 - *Isso influenciava o seu comportamento? Mudava as suas decisões?*

BLOCO E - O animal como regulador emocional

- 28. Recorda-se de alguma situação em que a presença do animal tenha influenciado o que estava a acontecer durante momentos difíceis?
- 29. Sentia que o animal tinha impacto na forma como se sentia?
 - *(se sim) Em que momentos era mais evidente?*
- 30. Alguma vez sentiu que o seu animal "estava consigo" de alguma forma nesses momentos?
 - *Pode explicar como era isso para si?*
- 31. Desenvolveu alguma estratégia, mesmo que pequena, que envolvesse o animal e que a ajudasse a lidar com a situação?
- 32. Quando hoje pensa nesse período, que papel sente que o animal teve na sua experiência global?
- 33. Hoje, sente que o animal - ou a memória dele - continua a ter algum papel na forma como lida com o que viveu?
 - *Pode explicar de que forma?*
- 34. Sente que essa experiência, incluindo a relação com o animal, teve impacto na forma como se vê hoje enquanto pessoa? De que forma?

BLOCO F - Processo de decisão

- 35. Em algum momento sentiu que o animal influenciou a decisão de ficar ou sair daquela relação? Pode explicar como isso ocorreu?
- 36. Houve algum momento específico em que sentiu que precisava de tomar uma decisão? Pode descrever?
- 36a. Houve momentos em que pensou em sair, mas acabou por ficar? Se o animal esteve presente nesse processo, pode falar-me sobre isso?
- 37. Sentiu que a ligação com o animal tornava o processo mais simples, mais difícil, ou mais complexo? Pode explicar de que forma?

BLOCO G - Respostas institucionais

- 38. Em algum momento procurou ajuda formal ou informal?
- 39. O tema do animal surgiu nesses contactos? Como foi abordado?
- 40. Que impacto teve essa experiência na sua confiança nos serviços?
 - *O que sentiu em relação a essa experiência?*
- 40a. (Para quem não recorreu a ajuda) Como imagina que teria sido recebida essa preocupação com o seu animal, se tivesse pedido apoio?
- 41. Se pudesse mudar algo nas respostas existentes em Portugal para pessoas com animais, o que mudaria?

- *Acha que isso teria feito diferença para si na altura e influenciado a sua decisão de sair ou a forma como saiu?*

BLOCO H - Fecho e *debriefing*

42. Há algo importante que eu não tenha perguntado e que gostasse de acrescentar?
43. Como foi para si falar sobre estes temas hoje?
44. Como está a sentir-se agora, ao terminar? Quer fazer uma pausa antes de desligarmos?
45. Se sentir que ficou agitada ou emocionalmente ativada, posso indicar recursos de apoio adequados.

Mapa de coerência: objetivos específicos e blocos do guião

Objetivo específico	Blocos do guião	Questões	Foco temático
OE1 Vínculo afetivo e impacto na vivência do trauma	C - Vínculo antes e durante E - Animal como regulador emocional	Q21–Q22 Q28–Q34	Qualidade do vínculo antes e durante a violência Função de apoio, <i>coping</i> e impacto identitário
OE2 Implicação do animal nas dinâmicas de vitimação	D - Animal implicado na vitimação	Q23–Q27	Presença do animal em episódios de violência; instrumentalização pelo agressor; risco para o animal
OE3 Influência do vínculo na decisão de permanecer ou abandonar	D - Animal implicado na vitimação F - Processo de decisão G - Respostas institucionais	Q26–Q27 Q35–Q37 Q41	Risco para o animal como fator de permanência ou saída Hesitação, decisão e papel do animal no processo Impacto das lacunas institucionais na decisão
OE4 Perceções sobre respostas institucionais	G - Respostas institucionais	Q38–Q41	Procura de ajuda; abordagem do animal pelos serviços; lacunas percebidas

Anexo B. Termo de Consentimento Informado

Consentimento Informado para Participação em Estudo de Investigação

O presente estudo, intitulado “*Trauma a quatro patas: o papel dos animais de companhia na violência conjugal em Portugal*”, insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em *Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante*, da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, desenvolvida por Daniela Antunes de Azevedo, sob orientação da Professora Doutora Catarina Ribeiro.

O estudo tem como objetivo compreender a experiência de pessoas vítimas de violência conjugal que, durante o período de vitimação, coabitaram com animais de companhia, explorando o papel que esses animais tiveram nessa vivência.

A participação neste estudo consiste na realização de uma entrevista individual, com uma duração aproximada de 60 minutos, composta por questões abertas relacionadas com a experiência vivida. A entrevista poderá decorrer em formato presencial ou por videoconferência, de acordo com a preferência e disponibilidade do participante, garantindo-se sempre condições de privacidade e segurança. A participação é voluntária, não existindo respostas certas ou erradas, sendo garantida total liberdade para recusar responder a qualquer questão.

A entrevista será registada em formato áudio, exclusivamente para efeitos de transcrição e análise dos dados. As gravações serão armazenadas de forma segura, com acesso restrito à investigadora e à orientadora científica, e eliminadas após transcrição e verificação. Todos os dados serão tratados de forma confidencial e utilizados apenas para fins científicos e académicos, no âmbito do presente estudo.

A participação não implica qualquer compensação financeira. Embora não se prevejam riscos diretos, algumas questões poderão suscitar desconforto emocional. Caso tal aconteça, o participante poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sendo igualmente possível o encaminhamento para recursos de apoio adequados, se necessário.

O participante poderá desistir da sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificação e sem qualquer prejuízo. Caso manifeste interesse, poderá ser posteriormente informado sobre os principais resultados do estudo.

Para qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar:

Investigadora responsável: Daniela Azevedo: s-daanazevedo@ucp.pt

Orientadora científica: Prof^a. Doutora Catarina Ribeiro: cjribeiro@ucp.pt

Declaração de Consentimento

Declaro que tenho mais de 18 anos e que li e compreendi as informações prestadas sobre o estudo acima descrito. Tive a oportunidade de colocar questões e as minhas dúvidas foram esclarecidas. Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Autorizo a gravação áudio da entrevista para os fins descritos. Aceito participar neste estudo de forma livre e voluntária.

Nome do/a participante: _____

Assinatura: _____

Data: _____

Anexo C. Sistema de categorias e subcategorias

Categoria	Subcategoria 1	Subcategoria 2	Descrição	Nº. Refs.	N.º Fontes	Exemplo ilustrativo
1. Vínculo humano-animal			Inclui referências ao vínculo afetivo e relacional estabelecido com os animais, considerando a sua integração na vida familiar, nas rotinas quotidianas e nas dinâmicas emocionais da participante. Abrange a atribuição de estatuto familiar ao animal, as práticas de cuidado, a continuidade da relação em contexto de violência e a percepção de sintonia entre animal e participante/família.	156	5	
	1.1. Animal como membro da família		Inclui referências à representação do animal como parte integrante da família, quer pela atribuição de estatuto semelhante ao de um filho, bebé ou membro da casa, quer pela sua participação nas rotinas, espaços e interações familiares.	62	5	
		1.1.1. Antropomorfização do animal	Inclui referências em que o animal é descrito através de categorias, papéis ou qualidades humanas/familiares, como bebé, filho, pessoa ou membro da família, evidenciando a humanização afetiva do vínculo.	16	4	“Porque a Carmo sempre teve aqui um papel quase de filho nosso (...) Ele sempre quis ser pai (...) eu nunca quis, e acabava por ser a Carmo muito a nossa menina” (P.5)
		1.1.2. Integração nas dinâmicas familiares	Inclui referências à presença do animal nas rotinas familiares e domésticas, incluindo brincadeiras, refeições, passeios, sono, cuidado dos filhos, circulação pela casa e partilha de espaços íntimos ou quotidianos.	46	5	“Às vezes eu acordava tava com os cães, com o gato, tudo no meio de nós.” (P.1)
	1.2. Cuidados,		Inclui referências às práticas de cuidado,	51	5	“ele está doente e eu não

	rotinas e responsabilidades pelo bem-estar animal		responsabilidade e proteção do bem-estar animal, tanto nas rotinas cotidianas - alimentação, higiene, passeio e vigilância - como em situações de maior exigência, como doença, maternidade, adaptação ou cuidados veterinários.			durmo toda a noite, eu...se tiver calor e ele, eu vou pôr para o chão, em cima de um cobertor, e aí eu não durmo toda a noite a pensar que ele possa estar doente...” (P.3)
	1.3. Continuidade da relação e dos cuidados durante a violência		Inclui referências à manutenção do vínculo, das rotinas e dos cuidados prestados aos animais após o início ou agravamento da violência conjugal, incluindo situações em que a participante afirma que a relação com o animal se manteve estável ou até se intensificou.	13	5	“Isto nunca afetou a minha relação com os animais, pelo contrário. Ainda me aproximou mais dos animais.” (P.4)
	1.4. Sintonia e responsividade percebida pelo animal		Inclui referências à percepção de que o animal compreende sinais, estados emocionais, necessidades ou dinâmicas familiares, ajustando o seu comportamento em função da participante, dos filhos ou do contexto relacional.	30	5	“Quando a gente dizia ‘olha que é a bebê’, eles já não puxavam tanto.” (P.1) “E era a Carmo, lá está, o que eu tenho sempre dito, a Carmo via-me sentada no chão, ou mais quieta, no sofá e a Carmo vinha sempre ter comigo.” (P.5)
2. Animal como recurso protetor e emocional			Inclui referências ao animal como fonte de proteção, segurança afetiva, conforto, companhia e regulação emocional. Abrange situações em que o animal é percebido como protetor, presença estabilizadora, confiante, porto de abrigo ou recurso ativo para lidar com sofrimento, medo, tensão ou solidão.	72	5	
	2.1. Proteção percebida pelo animal		Inclui referências à percepção do animal como figura protetora, associada à ideia de defesa, vigilância ou proteção da participante, dos filhos ou do agregado familiar. Esta subcategoria abrange situações em que o animal é descrito	12	2	“Se chegasse, por exemplo, numa pessoa, que às vezes ele trazia lá a casa, para fumar ou pra beber ou coisa, ele

			como “protetor” ou como fonte de proteção percebida.			ladrava, ladrava, ladrava...” (P.1) “Sempre que alguém, ela pressente que alguém me quer fazer mal, mesmo que seja na brincadeira, ela ataca.” (P.4)
	2.2. O animal como porto de abrigo emocional		Inclui referências ao animal como presença emocionalmente segura, disponível e não julgadora, que oferece companhia, conforto, carinho, desabafo e sensação de pertença, reduzindo a solidão e funcionando como apoio afetivo.	41	5	
		2.2.1. Animal enquanto fonte de carinho e conforto	Inclui referências ao animal como fonte de carinho, ternura, alegria, consolo ou acalmia, através da sua presença, contacto físico, proximidade, brincadeira ou resposta afetiva ao sofrimento da participante.	19	5	“Ao menos alguém me dava carinho” (P.2) “E eu quando chorava, a Romi vinha ao pé de mim, punha a cabeça aqui e lambia-me as lágrimas.” (P.4)
		2.2.2. Animal enquanto confidente	Inclui referências ao animal como destinatário de confidências, desabafos ou conversas íntimas, assumindo o papel de escuta silenciosa, não julgadora e emocionalmente segura.	5	2	“Eu nunca tinha desabafado com ninguém, falava com ele, ia à beira dele, ele dava-me umas lambidelas” (P.2) “Porque havia esta relação comigo e com a Carmo, quase de confidente.” (P.5)
		2.2.3. Animal enquanto	Inclui referências ao animal como presença constante no quotidiano, acompanhando a	17	5	“Ele dorme comigo, ele tá sempre comigo, ele dá

		companhia	participante nas atividades domésticas, deslocamentos, momentos de isolamento ou períodos de maior solidão.			todos os passos comigo. E eu...eu não sei, ele tá sempre comigo, o meu cão...” (P.3) “”Tenho-te a ti, tenho-te a ti, tenho-te a ti, não tou sozinha.”” (P.4)
	2.3. Estratégias de regulação emocional		Inclui referências a estratégias ativas de gestão do sofrimento, medo, tensão ou instabilidade emocional através do animal, como falar com ele, passear, afastar-se do conflito, procurar contacto físico, respirar, acalmar-se ou reorganizar pensamentos	19	4	“Eu encostava a minha cabeça à cabeça de um cavalo e o meu ritmo cardíaco ia baixando, eu sabia proteger-me com os animais.” (P.4) “Ia pra rua com ele, ia pra beira do mar com ele. Tentava fugir à situação.” (P.3)
3. Significado biográfico e identitário do vínculo			Inclui referências ao significado do vínculo com o animal na trajetória biográfica da participante e na elaboração da experiência traumática. Abrange o animal como fonte de sentido, elemento identitário, marca de vida, expressão de uma ética de cuidado e vínculo nem sempre reconhecido socialmente.	56	5	
	3.1. Função existencial do vínculo		Inclui referências ao animal como fonte de sentido, propósito, razão de viver, alegria vital ou preenchimento de um vazio existencial, especialmente em momentos de sofrimento, perda ou solidão.	12	2	“Não sei se já tinha desistido de tudo porque veio-me, o Branquinho veio-me preencher, veio-me ensinar que se pode gostar de animais, que...faz toda a diferença. Com o Branquinho eu posso estar sozinha, posso

						estar no meio da ponte a viver, mas estou bem.” (P.3)
	3.2. Experiência estruturante e transformação identitária		Inclui referências ao vínculo como experiência marcante, transformadora ou estruturante da história de vida da participante, incluindo mudanças na forma como se percebe a si própria, recordações biográficas significativas e luto pela morte do animal.	16	5	“Ele foi a melhor coisa que me aconteceu em toda a minha vida.” (P.3)
	3.3. Ética de cuidado e (des)valorização do humano face ao animal		Inclui referências à valorização moral e afetiva dos animais em contraste com o desencanto face aos humanos, bem como à responsabilidade ética de cuidar e proteger os animais e à indignação perante o seu abandono, negligência ou maltrato.	21	5	
		3.3.1. Valorização do animal e desencanto face ao humano	Inclui referências em que os animais são valorizados face às pessoas, frequentemente em contraste com a desconfiança, decepção ou dor associada às relações humanas.	11	2	“Porque, já se sabe, que pessoas a gente às vezes, a gente não pode muito contar. E com eles, olhe, eles estão lá sempre.” (P.2) “E dá-me o calor que o humano não dá.” (P.4)
		3.3.2. Ética de cuidado e indignação perante o maltrato	Inclui referências à responsabilidade de cuidar dos animais e à indignação perante práticas de abandono, negligência, exploração ou maus-tratos, por parte de terceiros ou da sociedade em geral.	10	4	“E há donos, é o que eu digo, parece que têm os cães para nada (...) e eu assim ‘mas que é isto, isto não são maneiras de tratar?’. Eu acho que isso, se houvesse uma denúncia, era retirarem logo os cães. (P.1)
	3.4. Não-reconhecimento		Inclui referências à tensão entre a centralidade do vínculo humano-animal para a participante e a	7	4	“Às vezes há pessoa que ‘é um animal, é um

	social do vínculo		sua desvalorização social. Abrange a minimização do sofrimento associado à perda ou separação do animal, bem como a afirmação da legitimidade desse vínculo e do luto que dele decorre.			animal, é um animal'. E não é, não é só um animal..." (P.2)
4. Animal nas dinâmicas de vitimação conjugal			Inclui referências ao modo como os animais entram, direta ou indiretamente, nas dinâmicas de violência conjugal. Abrange a relação do agressor com o animal, a sua eventual instrumentalização, as reações do animal ao conflito e as situações em que a participante se expõe ao risco para o proteger.	96	5	
	4.1. Relação agressor-animal		Inclui referências à forma como o agressor se relaciona com o animal, num contínuo que pode ir do afeto e cuidado à indiferença, rejeição, hostilidade, negligência ou maus-tratos. Distingue-se da instrumentalização quando o comportamento é dirigido ao animal em si e não principalmente como meio de controlar ou atingir a participante.	49	5	
		4.1.1. Afeto e cuidado	Inclui referências a manifestações de afeto, proximidade, dedicação ou envolvimento do agressor no cuidado do animal, bem como a situações em que a segurança ou o bem-estar do animal são assegurados, reconhecidos ou respeitados pelo próprio agressor.	9	2	"Ele adora animais. Ele até era mais coiso com eles do que eu (...) era, ele por acaso nisso..." (P.2) "ela sempre foi muito mimaceira, ia ao colo dele, sempre estava aqui muito mimalhoca, não é. Ele falava da gata também, pronto, havia aqui, havia cuidado com o animal de estimação" (P.5)
		4.1.2. Indiferença/dis	Inclui referências à ausência de vínculo próximo	9	2	"Ele implicava com os

		tanciamento	ou responsabilidade consistente do agressor para com o animal, incluindo impaciência, desvalorização, rejeição verbal, incômodo com a presença do animal ou delegação dos cuidados noutros membros do agregado, sem referência a agressão física ou ameaça direta.			animais, dizia ‘opa, eu não estou pra aturar estes animais, os animais não são meus, não fui eu que os quis, isto, aquilo e aqueloutro’.” (P.1)
		4.1.3. Hostilidade e maus-tratos	Inclui referências a rejeição, agressão física, ameaça, punição, negligência intencional ou exposição do animal a risco por parte do agressor, quando o comportamento é dirigido ao animal em si. Quando o animal é usado sobretudo para atingir, controlar ou pressionar a participante, deve privilegiar-se a codificação em Instrumentalização do animal.	31	3	“Exato, exato. Porque ele dava-lhe coisas que o cão não devia de comer, arg...até vinho lhe dava” (P.3) “Batia a todos eles, até com a Romi.” (P.4)
	4.2. Instrumentalização do animal		Inclui referências ao uso do animal pelo agressor como meio de controlo, ameaça, punição, pressão, intimidação ou influência sobre a participante, independentemente de a tentativa ter sido eficaz ou não.	15	4	
		4.2.1. Concretizada	Inclui referências a situações em que o agressor utilizou direta ou indiretamente o animal como meio eficaz de atingir, pressionar, controlar, punir, ameaçar ou influenciar a participante, com impacto percebido nas suas emoções, decisões, comportamentos ou sensação de segurança.	11	3	“E ele sabia perfeitamente, o cavalo não podia ouvir barulhos. Qualquer barulhinho pra ele, estremecia. Então ele às vezes fazia questão de discutir comigo à frente do cavalo. Que era pra ver se o cavalo me dava uma dentada. E deu. Deu-me uma granda dentada numa

						mama.” (P.4)
		4.2.2. Tentada	Inclui referências a situações em que o agressor tentou utilizar o animal para intimidar, ameaçar, atingir, controlar ou influenciar a participante, sem que essa tentativa tenha sido percebida como concretizada ou eficaz.	4	1	“Ele às vezes dizia ‘Blade, morde ela’, o Blade não mordia” (P.1)
	4.3. Reação do animal		Inclui referências às respostas comportamentais do animal perante o agressor, os episódios de conflito ou a violência conjugal, incluindo medo, retraimento, evitamento, proteção, intervenção ou tentativa de interromper a tensão.	18	4	
		4.3.1. Medo, retraimento, evitamento	Inclui referências a comportamentos de medo, retraimento, fuga, ocultação ou evitamento manifestados pelo animal perante o agressor, episódios de conflito ou situações de violência conjugal.	6	3	“Quando eu cheguei a casa, o cão estava atrás dos cortinados, a chorar, a chorar (...) e o cão estava atrás dos cortinados, cheio de frio, cheio de medo” (P.3)
		4.3.2. Proteção, intervenção	Inclui referências a comportamentos do animal, em contexto de conflito ou violência conjugal, interpretados pela participante como tentativa de proteção, defesa, interrupção da tensão ou apoio imediato face à agressividade do companheiro.	12	3	“Sobre a Romi, quando ele mal me tratava, a Romi queria-lhe morder. E ela não é uma cadela de morder.” (P.4)
	4.4. Exposição da vítima ao risco para proteger o animal		Inclui referências a situações em que a participante se coloca, ou pondera colocar-se, em situação de risco para proteger, recuperar, defender ou assegurar o bem-estar do animal.	14	3	“Ele vinha-o sempre buscar aqui dentro para o cão ir para o anexo (...) que era pra eu ir lá tirar o cão pra dentro” (P.3) “Porque aí eu falava. Quando ele trava mal, quando ele me tratava mal

						eu calava-me. Mas quando ele tratava mal os animais...” (P.4)
5. Papel desempenhado pelo animal na decisão de abandono ou permanência do relacionamento			Inclui referências ao modo como a presença, o vínculo, a responsabilidade ou a segurança do animal influenciam - ou não - o processo de permanência, saída, denúncia ou afastamento da relação abusiva, bem como o peso emocional dessa decisão e o papel de redes informais.	43	5	
	5.1. Direção do vínculo na decisão		Inclui referências à avaliação feita pela participante sobre o papel do animal na decisão de permanecer, sair, pedir ajuda, denunciar ou afastar-se da relação abusiva.	20	5	
		5.1.1. Animal como fator de permanência	Inclui referências a situações em que a presença, o vínculo, a responsabilidade ou a preocupação com o animal contribuiu para a permanência da participante na relação abusiva, para o adiamento da saída ou para hesitações no processo de afastamento.	7	1	“Eu tinha que me separar de nove animais (...), foi uma das, um dos fatores que me fez ficar” (P.4) “Saía aquele peso. Aquele suspiro que falta sair, eu suspirava, saía e ‘vamos embora, pronto, já passou. Vamos continuar.’ Dava-me a força que eu precisava. É que eu ia buscar forças aos cavalos.” (P.4)
		5.1.2. Animal como fator de saída	Inclui referências a situações em que a presença, o vínculo, a segurança ou o bem-estar do animal contribuiu para a decisão de sair, pedir ajuda, denunciar ou afastar-se da relação abusiva	5	1	“Deu-me mais força para acabar, ou tentar acabar com essa situação ridícula (...) foi proteger a minha filha e foi proteger o Branquinho.” (P.3)
		5.1.3. Animal sem influência na	Inclui referências a situações em que a participante afirma que a presença, existência ou	8	3	“Não, porque é o que eu digo. Eu não ia por a

		decisão	vínculo com o animal não determinou, condicionou ou alterou a decisão de permanecer ou sair da relação abusiva.			minha vida mais nesse tempo todo por causa dos cães, por muito amor que a gente tenha aos cães e tudo. Eu sabia, eu sei que os cães estão seguros.” (P.1)
	5.2. Vínculo como peso emocional na saída		Inclui referências a situações em que o vínculo com o animal não impediu nem determinou a saída, mas tornou esse momento emocionalmente mais difícil, doloroso, ambivalente ou marcado pela preocupação com o animal.	5	2	“A saída sim, ficou marcada. Para que o meu gato não ficasse sozinho, eu pus ao pé dos cães e do meu sobrinho.” (P.1)
	5.3. Retaguarda da rede informal como facilitadora da saída		Inclui referências a terceiros de confiança - familiares, vizinhos, enteados ou outras figuras próximas - que asseguram ou partilham o cuidado e a segurança do animal, facilitando a saída ou reduzindo a preocupação da participante durante o afastamento.	18	4	““No momento em que eu sei que existe, principalmente o meu sobrinho, e não me canso de dizer, o meu sobrinho é seguro para os animais.” (P.1) “Eu sabia que ela tratava bem os animais, ela ficou com os três melhores.” (P.4)
6. Vínculo no pós-rutura			Inclui referências à forma como o vínculo com o animal se transforma após a rutura da relação conjugal, incluindo separação física, sofrimento pela perda do convívio, manutenção simbólica ou indireta do laço e projeção de uma futura convivência com animais.	60	3	
	6.1. Separação e sofrimento pela perda do		Inclui referências à rutura da convivência quotidiana com o animal após a saída ou separação, incluindo ter de o deixar para trás,	43	3	“Eu pra trás deixei o marido, e tive que deixar também os animais.

	convívio		deixar de viver com ele, deixar de o ver ou ficar fisicamente afastada, bem como tristeza, choro, saudade, preocupação ou impacto emocional associado à ausência.			Aonde eu não quero mais o marido, e onde também não posso ver mais os animais porque vivem com ele..” (P.1) “Mas não tenho coragem de ir (ver os animais). E tenho vontade de os trazer a todos de volta” (P. 4)
	6.2. Manutenção indireta e simbólica do vínculo		Inclui referências à continuidade do vínculo com os animais após a separação através de contactos indiretos, informações por terceiros, imaginação de reencontro, expectativa de reconhecimento pelo animal ou outras formas simbólicas de presença.	13	3	“eu falo com a minha comadre às escondidas (...) e eles fazem é as filmagens, sem eles darem conta, e depois mandam as filmagens pra gente saber” (P.1) “Eu tive a coragem de um cavalo, cheguei lá e puxar, tirar. Ela depois mandou fazer um tratamento ao pelo, e tenho a pulseira do cavalo, que morreu.” (P.4)
	6.3. Projeção futura de nova convivência com animais		Inclui referências à intenção de voltar a ter animais no futuro, como forma de reparar ou reconstruir a perda vivida após a saída.	4	1	“Foi uma experiência muito bonita, e quero lá tá, um dia quando tiver a minha própria casa, quero um cão um gato, principalmente para estarem comigo, e para estar com a minha filha.” (P.1)
7.Percepções sobre			Inclui referências às percepções das participantes sobre as respostas formais e institucionais em	59	5	

respostas institucionais			contexto de violência conjugal, especialmente quanto ao reconhecimento, omissão, acomodação ou valorização do animal e do vínculo humano-animal nos processos de apoio, proteção e saída, bem como necessidades e recomendações.			
	7.1. Experiência vivida		Inclui referências à experiência concreta da participante nos contactos com serviços, associações, forças de segurança ou outras respostas de apoio, incluindo a presença ou ausência do tema animal, a iniciativa da vítima em introduzi-lo e a avaliação positiva ou negativa da resposta recebida.	32	5	
		7.1.1. Ausência de referência ao animal nos contactos institucionais	Inclui referências à invisibilidade do animal nos contactos com os serviços, por ausência de inquirição pelos serviços ou por não verbalização espontânea pela vítima.	13	5	“Mas dos animais nunca perguntaram, que eu no entanto quando a doutora R. me falou, eu até disse ‘nunca me falaram sobre os animais’.” (P.1)
		7.1.2. Iniciativa da vítima na introdução do animal nos contactos de apoio	Inclui referências a situações em que a participante introduziu espontaneamente o tema dos animais junto de serviços formais ou informais.	4	2	“Eu é que falei sobre o cão. E lá na Gabinete, e ainda na Associação X e até na policia, eu cheguei a falar de ter o meu Branquinho” (P.3)
		7.1.3. Apoio institucional percebido como positivo	Inclui referências a contactos com serviços formais percecionados como fonte de apoio, validação, orientação, segurança, acolhimento ou força durante o processo de saída, incluindo situações em que a presença ou importância do animal foi aceite, respeitada ou facilitada.	9	4	“Senti porque deixaram entrar. Se me tivessem dito ‘ah, não pode entrar’, tudo bem, há regras a cumprir, mas eu não ia deixar o animal no calor. Soube-me muito bem. Fez

						toda a diferença.” (P.4)
		7.1.4. Resposta institucional percebida como insuficiente ou desajustada face ao vínculo	Inclui referências à percepção de que as respostas recebidas foram insuficientes, desajustadas ou pouco sensíveis às circunstâncias da vítima, incluindo a importância do vínculo com o animal, a viabilidade das recomendações de saída ou a necessidade de proteção conjunta.	6	2	“Eu disse ‘eu tenho um cão e não vou pra lado nenhum’ (...) E elas ‘ponha a mala, mas olhe que o seu cão não pode ir’, então abandono na rua, é isso? (P.3)
	7.2. Necessidades e propostas		Inclui referências a necessidades, propostas ou recomendações das participantes para melhorar as respostas em contextos de violência conjugal, nomeadamente quanto ao acolhimento/proximidade dos animais, afastamento do agressor e reconhecimento do papel emocional do animal.	27	5	
		7.2.1. Necessidade de acolhimento conjunto ou soluções de proximidade para animais	Inclui referências à necessidade de respostas formais ou informais que permitam proteger, acolher ou manter próximos os animais de companhia em situações de violência conjugal, evitando a separação forçada ou a permanência em contexto de risco.	16	4	“Olha que deixassem nos trazer os animais. Se não pudesse ser pra casa, pra um sítio próximo, que a gente pudesse, sei lá...” (P.2) “(...) e eu nunca deixava o meu cão para ir pra outro sitio. Eu onde eu estiver, vai estar o meu cão.” (P.3)
		7.2.2. Necessidade de remoção do agressor e permanência segura da vítima e dos animais	Inclui referências à necessidade de respostas institucionais que privilegiem a retirada ou afastamento efetivo do agressor, ao invés da deslocação da vítima, dos filhos e dos animais de companhia.	6	2	“Mas se fosse era só eu e a L., os dois cães e o gato em casa. Deixava tudo por igual, mas sem existir o agressor.” (P.1) “Sim, já estava na altura de eles mudarem, não é as

						peças que sofrem violência doméstica é que tem que sair, ir embora com os cães e com os filhos, e os agressores ficarem dentro de casa, isso é que é horrível.” (P.3)
		7.2.3. Reconhecimento e sensibilização para o papel do animal no apoio emocional à vítima	Inclui referências à necessidade de os serviços, profissionais ou respostas de apoio reconhecerem e valorizarem o papel dos animais de companhia em contextos de violência conjugal, incluindo propostas de sensibilização, partilha de experiências ou mobilização do vínculo como recurso de apoio emocional.	5	1	“Ou então ter um cão, a própria associação, aqui por exemplo, ter um cão, que fosse um cão terapêutico. Que pudesse vir cá e estar a confraternizar com o cão.” (P.4)